



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Bianca Ferreira dos Santos

Serviço Social e a produção do conhecimento acadêmico-científico: um debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher através de estudos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais da década de 1990

Rio de Janeiro

2020

Bianca Ferreira dos Santos

Serviço Social e a produção do conhecimento acadêmico-científico: Um debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher através de estudos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais da década de 1990

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Cristina Lima de Almeida.

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Bianca Ferreira dos.
Serviço Social e a produção do conhecimento acadêmico-científico:
um debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher através de es-
tudos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais
da década de 1990 / Bianca Ferreira dos Santos. – 2020.
82 f.

Orientador: Carla Cristina Lima de Almeida.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Violência contra as mulheres – Teses.
3. Feminismo – Teses. I. Almeida, Carla Cristina Lima de. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

es CDU 36(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou par-
cial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bianca Ferreira dos Santos

**Serviço Social e a produção do conhecimento acadêmico-científico: Um debate
sobre o fenômeno da violência contra a mulher através de estudos
apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais da década de
1990**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado 09 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Carla Cristina Almeida (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Ana Elisabeth Lole dos Santos
Departamento de Serviço Social – PUC-RJ

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Sonhar e concretizar essa dissertação seria impossível sem pessoas que acreditaram na minha capacidade de vencer. Pessoas que foram inspiradoras, que estiveram ao meu lado nos momentos descontraídos e também nos mais sofridos que passei em toda minha vida. Desde quando ingressei nessa universidade no ano de 2006, para a graduação em Serviço Social, eu senti que uma nova história estava começando pra mim. Se passaram 14 anos até o Mestrado (Graduação e Especialização) e ainda sonho em conhecer mais o Serviço Social. Senti que nesse lugar eu teria muitas experiências acadêmicas, boas e ruins, mas segui acreditando na minha resistência, na resistência e na força que esse espaço acadêmico produz e reproduz. Agradeço com imensurável respeito e afeto:

A Deus, pois sem Ele, independente de credo, eu não teria minha história. Muito obrigada por me sustentar, me confortar, me encorajar, me dar abrigo e mansidão.

A minha família (Laudicea, minha mãe, Jony, meu irmão e meu saudoso pai, o “Menino da Porteira”, João), que sempre respeitou minhas escolhas e me apoiou em tudo. São meu porto seguro nesse mundo tão difícil.

A minha querida orientadora Carla Cristina Lima de Almeida. Passarei anos agradecendo e ainda será pouco, por todos esses anos que foi minha orientadora (Graduação, Especialização e Mestrado). Obrigada por conduzir minhas ideias, pelo tempo despendido, por me ajudar nesse momento tão importante da minha vida.

A Banca Examinadora, que tenho um carinho muito especial, a cada pessoa e profissionais que são. Obrigada pelos apontamentos desde a qualificação, pelo tempo que se dedicaram a ler essa dissertação e por toda contribuição para meu crescimento acadêmico-profissional.

A Ana Maria Vasconcelos, suas bolsistas e estagiárias, que me acolheram carinhosamente para pesquisar os cadernos de teses e comunicações do CBAS na sala do Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Serviço Social (UERJ).

A Coordenação de Pós-Graduação (Silene Freire e Vânia Sierra), aos professores e a todos que fazem a Faculdade de Serviço Social da UERJ ser o que é.

São tantas pessoas que fazem parte desse momento tão singular de minha vida, algumas preservarei, mas não posso deixar de mencionar alguns de tantos

nomes que são fundamentais para mim: Janine, obrigada minha amiga, por acreditar no meu potencial e por viabilizar para que eu voltasse a estudar, quando as imposições do capitalismo não permitem. A Simone, Gianini, Ana Paula, Elaina e Lídia, amigas que me suportaram nos momentos difíceis e me proporcionaram leveza com a alegria. A minha irmã de vida, não menos importante, que quaisquer pessoas, Denises Manhães, você é especial demais, obrigada pela força, pela descontração e concentração, companheira de todas as horas e a todos os meus colegas do Mestrado.

Agradeço a todos os estudantes de Serviço Social e Assistentes Sociais que contribuem para a produção do conhecimento. Agradeço a todas as autoras e autores que foram inspirações para a construção desse trabalho.

Agradeço a todas as mulheres, principalmente as que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, por respeitosa e fazerem parte dessa dissertação. Todas as mulheres têm direitos, todas as mulheres são sujeitos, todas as mulheres são o que elas querem ser...livres e donas de si mesmas.

RESUMO

SANTOS, B. F. dos. *Serviço Social e a produção do conhecimento acadêmico-científico: um debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher através de estudos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais da década de 1990*. 2020. 82 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente dissertação de Mestrado tem por finalidade apresentar dados e contribuições acerca da produção de conhecimento em Serviço Social, nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) ocorridos na década de 1990. A partir da categoria gênero, baseada em autores que discutem o tema, propõe uma compreensão sobre estudos da violência contra a mulher no âmbito do Serviço Social. Trouxe um breve histórico sobre o feminismo no Brasil, suas colaborações para a realidade social das mulheres, a construção de igualdade de gênero e seu impacto nas diversas camadas sociais, destacando para tanto a participação do feminismo negro e demais movimentos feministas para o exercício da garantia de direitos das mulheres. Apresentou políticas públicas e sociais que emergiram na década de 1990, e foram importantes para o enfrentamento da violação de direitos das mulheres e, por fim, a contribuição do Serviço Social no debate sobre violência contra a mulher, no campo da produção do conhecimento referenciando os resumos apresentados nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) na última década do século XX.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Gênero. Feminismos. Produção do conhecimento. Serviço Social.

ABSTRACT

SANTOS, B. F. dos. *Social Work and the production of academic and scientific knowledge: a debate on the phenomenon of violence against a woman through studies published in the Brazilian Congresses of Social Assistants in the 1990s.* 2020. 82 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present master's dissertation aims to present data and contributions on the production of knowledge in Social Work, in the Brazilian Congresses of Social Workers (CBAS) that occurred in the 1990s. Based on the gender category, of authors who discuss the theme, to propose an understanding of studies of violence against a woman in the scope of Social Work. Brief historical problem about feminism in Brazil, its collaborations in the social reality of women, a gender construction and its impact on different social strata, highlighting both the participation of black feminism and other feminist movements in the exercise of guaranteeing women's rights. It presented public and social policies that emerged in the 1990s, and were important for tackling violations of women's rights and, finally, a contribution from Social Work without debate about violence against a woman, no production field with knowledge regarding the curricula presented at Brazilian social worker congresses (CBAS) in the last decade of the 20th century.

Keywords: Violence against women. Gender. Feminisms. Knowledge production. Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEB	Código Eleitoral Brasileiro
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CEOM	Centro Especial de Orientação à Mulher
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLADEM	Comitê Latinoamericano de Defesa dos Direitos das Mulheres
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
DEAM	Delegacia de Atendimento à Mulher
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ESS	Escola de Serviço Social
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MTD	Movimento das Trabalhadoras Domésticas
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCPVM	Programa de Prevenção e combate à Violência contra a Mulher
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
URRN	Universidade Regional do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Número de artigos apresentados no 7º CBAS – Segundo Eixo Temático	48
Quadro 2 –	Número de artigos apresentados no 7º CBAS no eixo temático “A atuação do Serviço Social junto à mulher e à família”	49
Quadro 3 –	Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero apresentados no 7º CBAS	51
Quadro 4 –	Número de artigos apresentados no 8º CBAS – Segundo eixo temático	52
Quadro 5 –	Número de artigos apresentados no 8º CBAS no eixo “O Serviço Social frente às relações de gênero e etnia”	53
Quadro 6 –	Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero apresentados no 8º CBAS	57
Quadro 7 –	Número de trabalhos apresentados no 9º CBAS – Segundo eixo temático – Bloco I	60
Quadro 8 –	Número de artigos apresentados no 9º CBAS – Segundo eixo temático – Bloco II.....	60
Quadro 9 –	Artigos apresentados no eixo “Etnia e gênero” no 9º CBAS	61
Quadro 10 -	Artigo sobre gênero apresentado em outro eixo temático do 9º CBAS	61
Quadro 11 –	Número de atendimentos no Centro de Orientação à Mulher Zuzu Angel, 1997 – 1998	68
Quadro 12 –	Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero contra a mulher apresentados no 9ºCBAS	69

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA	14
1.1	Uma discussão em torno da categoria gênero	14
1.2	Feminismos, processo histórico e contexto político	27
1.3	A agenda feminista sobre a violência contra a mulher	36
2	SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO: UMA REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ATRAVÉS DE ESTUDOS SOBRE OS RESUMOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1990	42
2.1	Serviço Social, marxismo e feminismos.....	43
2.1	7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.....	47
2.3	8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.....	52
2.4	9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.....	58
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Muitas são as conquistas ao longo dos séculos, que as mulheres têm alcançado. O direito ao voto, o trabalho remunerado, são alguns frutos dessa busca incessante por igualdade de gênero, mas em pleno século XXI, ainda as desigualdades de gênero se fazem presentes, principalmente quando se trata de inserção no mercado de trabalho. Um cenário de subalternidade, que as mulheres vivenciam com relação ao homem, o papel que cada um exerce, o valor que cada um recebe pelo seu esforço enquanto força de trabalho (divisão sexual do trabalho). Outra questão que confronta os direitos das mulheres é o fenômeno da violência.

O movimento feminista dá visibilidade ao fenômeno da violência contra a mulher, no intuito de denunciar a violação dos direitos das mulheres, que se caracteriza como empregar a força física, psicológica, a violação sexual, o atributo intelectual, a obrigação de fazer algo que a mulher não concorde, desse modo retendo sua liberdade, indo contra toda forma de respeito, assim podendo ser contida através de agressões diversas, ameaças e até mesmo sendo morta. A violência contra a mulher atinge mulheres de diversos contextos históricos, classes sociais, raça e etnia.

As lutas do movimento feminista e de mulheres confrontam o Estado a reagir, criando políticas públicas e sociais que visam combater as desigualdades e violência de gênero. Cabe destacar que a consolidação de políticas para as mulheres, a criação de instituições de atendimento e acolhimento para a mulher em situação de vulnerabilidade por violência sofrida, contribui para o alargamento dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Atuar diante dessa realidade, que também é uma expressão da questão social, tem despertado no Serviço Social o aprofundamento técnico e teórico, mas também ético e político, sobre o debate de gênero e precisamente sobre a violência contra a mulher.

O interesse pelo debate da violência contra a mulher faz parte dos meus estudos desde a época da graduação em Serviço Social, quando um dos campos de estágio que pude me inserir foi a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) na região Metropolitana do Rio de Janeiro. A instituição foi um cenário efervescente para elencar questionamentos sobre o debate do fenômeno social, no qual pude

observar diversos sujeitos sociais: vítimas, agressores, profissionais do campo policial, da justiça, assistentes sociais e psicólogos.

A oportunidade de estágio, além de outras importantes contribuições, me despertou o desejo de aprofundar conhecimento sobre todas as questões que envolvem a violência contra a mulher, como as relações de gênero, raça/etnia. Atualmente no Mestrado e na participação no Projeto de Pesquisa “Por uma história de Gênero e Feminismo no Serviço Social”, coordenado pelas Assistentes Sociais, Doutoradas e Professoras Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-RJ), Carla Cristina Lima de Almeida (UERJ) e Rita de Cássia Santos Freitas (UFF), despertou-me o interesse pela abordagem da produção de conhecimento em Serviço Social sobre a temática da violência contra a mulher e pelo debate do feminismo negro, o qual pretendo pesquisar futuramente.

Assim, a presente dissertação de Mestrado, busca problematizar a participação de Assistentes Sociais nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) discutindo o tema da violência contra a mulher na década de 1990.

O que provocou a pesquisa foi a compreensão que o debate de gênero e violência contra a mulher no interior da categoria profissional não é algo recente, mas fruto de esforços que vêm se construindo desde a década de 1980, quando surgiram as primeiras intervenções do Estado no combate à violência, Delegacias de Mulheres, Casas-abrigo e outras.

A década de 1990 pôde ser considerada a “década das mulheres”, por ter dado continuidade a algumas iniciativas e criado outras políticas públicas e sociais para mulheres. Nesse período também observamos através da leitura dos “cadernos de teses ou comunicações” dos CBAS, um despertar para o amadurecimento intelectual sobre o debate por parte da categoria profissional e academia.

Para realizar a pesquisa buscamos os resumos apresentados pelo Serviço Social nos eventos ocorridos na década de 1990, atentando para os marcos teóricos adotados pelas autoras/es, a natureza dos estudos e sua articulação com a intervenção profissional e/ou pesquisa acadêmica. Buscamos também o recurso à pesquisa bibliográfica a fim de aprofundar o estudo da violência de gênero nos marcos do debate que articula gênero, raça e classe, abordagem que tem se intensificado nos últimos anos e oferecido instrumentos importantes para a análise social.

O primeiro capítulo destinou-se ao estudo conceitual de gênero e violência contra a mulher, o qual apresentou diversos conceitos de autoras importantes, relacionando as já conhecidas características mais comuns da violência contra a mulher com o contexto social no qual se propagam as desigualdades das relações de gênero, raça e classe. Para tanto, foi importante o conhecimento do debate promovido pelo feminismo negro brasileiro e estadunidense que ajudou a trazer visibilidade sobre o lugar das mulheres negras nas relações sociais, submetidas ao sexismo, racismo e exploração social.

Nesse capítulo, buscamos ainda elencar o conjunto de legislações, programas e instituições que conformaram a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na década de 1990, recuando para os anos 1980 e avançando um pouco mais além dos 1990, a fim de identificar melhor o que ocorria em termos de iniciativas públicas no que tange às respostas ao problema da violência de gênero.

O segundo capítulo abordou os resultados da pesquisa dos resumos apresentados nos cadernos de teses/comunicações dos CBAS que apresentavam o debate de gênero procedendo a uma reflexão mais descritiva e criteriosa sobre como profissionais de Serviço Social compreendiam o tema da violência contra a mulher. A pesquisa qualitativa buscou caracterizar quem eram as autoras, de onde eram, as quais instituições pertenciam e quais teóricos eram mais evidenciados em seus estudos.

O capítulo também desvelou muitos desafios e limitações, pois apresentou dificuldades para lidar com dados secundários devido à falta de padronização do material e à ausência de clareza de alguns resumos. O Estudo do “Estado da Arte” (FERREIRA, 2002) se faz muito presente nesse tipo de pesquisa, devido a ser uma ferramenta que permite a abordagem histórica de um problema a partir de registros esparsos. Essa ferramenta metodológica será abordada no capítulo dois.

A pesquisa buscou desvelar as perspectivas sobre o debate de gênero e especificadamente o tema violência contra a mulher, a partir de resumos apresentados por estudantes e profissionais de Serviço Social nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) realizados na década de 1990. Buscou informar, diante desses resumos, quem eram os (as) autores (as), se eram profissionais ou estudantes, quais instituições pertenciam, acadêmicas ou profissionais, quais tipos de experiências ou ferramentas metodológicas se debruçaram para elencar os resumos.

1 GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA

Nesse capítulo buscamos um entendimento do debate de gênero, articulando autoras clássicas do debate com uma perspectiva que situa a questão das mulheres no contexto da sociedade capitalista. Observamos a necessidade de discutir gênero relacionado à classe e raça uma vez que o sujeito “mulher” é múltiplo e essas dimensões se articulam para elucidar a particularidade da desigualdade social em que se situam as mulheres. Para tanto, nos valemos dos estudos das feministas negras brasileiras que mostram a negligência dada à situação das mulheres negras e reivindicam a centralidade do enfrentamento do racismo no debate de gênero. Entendemos que isso é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência, objeto central dessa pesquisa.

1.1 Uma discussão em torno da categoria gênero

Os debates sobre a categoria gênero e as relações sociais que perpassam essa categoria têm crescido nos estudos acadêmicos, em diversas áreas do saber nos tempos atuais. Todavia a perspectiva que adotamos baseia-se num olhar crítico, tendo como fundamento o processo histórico, que se desvela no decorrer das pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

Enquanto categoria de análise, gênero possui uma história recente, oriunda das lutas feministas. Destacamos, entretanto, as relações sociais de gênero como objeto histórico constituído na percepção das diferenças entre os sexos, que atravessam o entendimento da evolução humana.

Contudo, o significado dessas relações ainda não é clarificado no cotidiano de homens e mulheres. Por outro lado, muitas ações (projetos, grupos, associações e movimentos) têm colaborado para publicizar esse significado das relações sociais de gênero. Mas clarificar esse significado tem sido algo muito árduo, levando em consideração a complexidade que caracteriza as relações de gênero e seu contexto histórico. Assim, o debate teórico sobre a categoria gênero se desenvolve de forma diversificada, da qual faremos algumas considerações.

De acordo com Barbieri (1993), a procura pelo fortalecimento de um conceito de gênero atravessa três vertentes. A primeira lida com as relações de sexo e o modo como as desigualdades se manifestam na divisão social do trabalho; a

segunda, que segue a interpretação da psicanálise, identifica o gênero como categoria vinculada à hierarquia, posição e prestígio social e a terceira, oriunda do pós-estruturalismo, que produz uma revisão do estruturalismo e do marxismo, influencia nos debates atuais, como nos exemplos de estudos de Barbieri (1993) e Scott (1995).

A última vertente citada por Barbieri (1993) declara que o conceito de gênero advém do pós-estruturalismo, que leva à revisão do estruturalismo e do marxismo.

Tanto para Barbieri quanto para Scott e outras autoras, o reconhecimento do pós-estruturalismo traz importantes contribuições para a crítica ao universalismo, essencialismo, binarismo e iluminismo (MOUFFE, 1999: 29).

Segundo Costa (2000, p. 57) citada por Biroli e Miguel (2012) tanto o feminismo pós-estruturalista quanto o debate pós-estruturalista integram uma determinada concepção sobre a constituição do sujeito: “o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder”.

As teorias utilizadas por Scott (1994) estão relacionadas aos conceitos pós-estruturalistas. Nessa perspectiva, o discurso, a diferença, a desconstrução, a linguagem despertam a atenção sobre como são elementos capazes de contribuir para os estudos feministas, assim como, outras categorias também, conforme veremos adiante.

Scott (1990) utiliza o conceito de linguagem como um conjunto de códigos verbais e não verbais, que constituem as práticas culturais, os modos representativos de ser e ver o mundo e o modo como homens e mulheres se relacionam entre si. Para ela, a linguagem exerce um papel de produção e reprodução das expressões e intercessão entre os sujeitos e o meio externo.

Scott (1995) faz uma definição central de gênero em duas proposições:

- a) Gênero como elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas nas diferenças identificadas entre os sexos, que acarretam em quatro elementos que interagem: em primeiro lugar, os símbolos culturais, onde as representações simbólicas são invocadas de formas diferentes e em conjunturas distintas. Em segundo momento, conceitos normativos que interpretam os significados dos símbolos, que tentam reprimir suas possibilidades simbólicas. Um terceiro ponto é a inserção

de uma consciência política, assim como uma alusão às instituições e à organização social. A quarta característica é a identidade subjetiva.

- b) Gênero como forma primeira de dar sentido às relações de poder. O gênero é uma das alusões recorrentes pelas quais o poder político tem sido interpelado, idealizado e comprovado, aludido e concebendo a refutação entre homens e mulheres. Para a autora, testar esta forma de dominação, modificando quaisquer características dos seus aspectos, pode gerar uma ameaça ao sistema inteiro.

Scott (1995) ao descrever as duas proposições evidencia que ambas não podem ser separadas, que essas proposições caminham juntas e relacionadas. Desse modo, a autora nos faz refletir que as transformações sociais constituem as relações de poder, embora o poder também siga outros sentidos, como por exemplo, o poder político. Reconhece, ainda, a necessidade de analisar o gênero em sua articulação com outras categorias como classe e raça.

Desde a década de 1980, crescem as análises voltadas para a articulação de gênero, classe e raça (SAFFIOTI, 1987; GONZALEZ, 1984; NASCIMENTO, 2019; CARNEIRO, 2003), com destaque na sexualidade e no corpo, principalmente nas discussões e pesquisas acadêmicas fomentadas pelas lutas antirracistas, contra o patriarcado e a sociedade heteronormativa, e o capitalismo. Estes estudos colocam em discussão a habilidade das políticas públicas como respostas para as diferenças experimentadas pelas mulheres, atravessadas por múltiplos marcadores de diferenças.

Lélia Gonzalez (1983) traz em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, uma importante reflexão sobre o racismo, as mulheres negras e a formação cultural no Brasil. A autora cita trechos que nos permitem refletir sobre como o racismo é predominante no cotidiano das pessoas e como os (as) negros (as) sofrem com a discriminação e até mesmo em diversas situações tentam se “enquadrar” para serem aceitos pelos segmentos brancos da sociedade. A autora relata que o racismo com o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1983, p. 238).

Gonzalez (1983) relata a urgência do debate da questão da mulher negra sob outras perspectivas, sendo mulata, domésticas e “mãe preta”. Para ela, o racismo tem sido tratado como algo natural por toda a sociedade, não percebido. Exemplifica diversas frases que são faladas no cotidiano quando se referem aos negros:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1983, p. 240).

Faz críticas à hipocrisia, quando o brasileiro é questionado sobre o racismo, ao declarar que não existe racismo no país, que o negro é bem tratado e tem os mesmos direitos (1983: 240). Ela desvela que mesmo de forma consciente ou não, a africanidade contribui para caracterizar a cultura brasileira. Dentro desse contexto, a mulher negra faz parte desse processo de construção, tanto quanto as formas de rejeição e integração da sua função social.

Em uma das passagens, a autora traz essa relação dúbia com as mulheres negras ao fazer um comparativo da mulher negra vista como “deusa” do Carnaval, na satisfação fantasiosa e sexual masculina e como é tratada no cotidiano, no seu trabalho. Gonzalez (1983) salienta a violência simbólica a qual as mulheres negras são submetidas. Relata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuídos ao mesmo sujeito, mas a escolha depende da situação na qual as mulheres negras são vistas (GONZALEZ, 1983, p. 240). A autora faz um importante apontamento quando cita o período escravocrata, e caracteriza as mucamas, que em seus grifos, segundo a própria citação do dicionário Aurélio, mencionada por ela, a mucama era a escrava negra, moça e de estimação determinada para serviços domésticos, acompanhante da família e ama de leite.

A escrava, negra, mucama, tinha mais características, que segundo a autora, o dicionário “Aurélio” poderia definir. A mucama proporcionava uma vida ociosa para a mulher branca, pois era a mucama que cozinhava, educava, cuidada de todos afazeres domésticos e ainda satisfazia as vontades sexuais do senhor. Elas eram açoitadas, solidárias a seus companheiros e outros escravos na senzala (HAHNER, 1978, p. 120, apud GONZALEZ, 2019, p. 243).

Nessas exemplificações, a autora constata que a gênese da mulata e da doméstica é oriunda da imagem da mucama. A mulher que era e é ocultada, escondida, mas que ressurgue plena, exuberante e desejada no carnaval.

A autora relata que a doméstica é a “mucama permitida”, que presta serviços, que carrega sua própria família e dos outros (1983, p. 244). Esse é o lado oposto da “mulata do carnaval”, onde as mulheres negras sofrem diversas discriminações, por exemplo, quando são de classe média.

Gonzalez afirma que nada adianta serem educadas, “clarinhas”, bem-vestidas, como os anúncios de oportunidades de emprego descrevem, se os porteiros (brancos) dos condomínios obrigam as mulheres negras a entrarem pela entrada de serviço, sendo esses mesmos porteiros que as admiram no carnaval e em outros eventos (GONZALEZ, 2019, p. 244). Aqui fica evidente a hipocrisia que a autora relata sobre o tratamento dado às mulheres negras em momentos distintos. A mulher negra é tratada dependendo da circunstância que ela vivencia, seja nos momentos de lazer, seja nos momentos de trabalho.

A autora referencia a imagem da “mãe preta” como uma “rasteira” para a sociedade, pois é a “mãe preta” que educa, amamenta, cuida de uma forma geral, ensina a criança a falar, é ela que exerce a função maternal já que a “mãe branca” só pari a criança e o restante é a “bá” quem faz.

Observamos o comparativo sob o olhar da autora, que quando a negra é vista como mucama, ela é a mulher, o desejo, e quando ela é a “bá”, representa a mãe, a cuidadora. A mulher negra é discriminada, mas segundo os seus relatos é ela quem educa e contribui para o desenvolvimento cultural das crianças.

Gonzalez (1983) fala sobre o “branqueamento” a que os negros são submetidos para se “enquadrarem” nos padrões da sociedade brasileira atual, das mudanças nas características físicas como labiais, cabelos e narizes a que muitas vezes se submetem para apagar os traços raciais.

Cabe lembrar que esse texto é escrito na década de 1980, um contexto diverso do que vivemos na atualidade na medida que assistimos à valorização de um conjunto de atributos relacionados ao fenótipo e à cultura negra, como os cabelos, os traços físicos, as roupas, a música, ainda que muitos outros aspectos físicos, sociais e culturais permaneçam desvalorizados no conjunto da sociedade.

Nos anos de 1980, Gonzalez levanta bandeiras que reforçam a importância da cultura negra, do fortalecimento de suas raízes, da importância da mulher negra na sociedade, da construção de sua identidade. Defende que as negras e os negros fazem parte da construção da cultura brasileira e que isso não pode ser eliminado, escondido ou como a própria, em vários momentos relata, não pode ser recalcado.

Observamos que a autora incentiva a comunidade negra a denunciar a simbólica democracia racial, fazendo com que os negros aceitem suas origens, não sendo “branqueados”, não se afastando de sua cultura africana. Incentiva através de suas falas, a busca por igualdade, seja na educação, trabalho, salários, na luta pela igualdade racial e principalmente a de gênero, para as mulheres negras, que são tão marcadas pela sociedade ainda discriminatória.

Seguramente, todos esses componentes (violência, injustiça social, racismo, sexismo e outros) que possuem relevância no que concerne às questões da mulher e de gênero, se destacam em distintos momentos históricos. Para que esses componentes sejam erradicados de forma efetiva, identificamos que todos devem ser problematizados e imperiosamente suplantados, visto que neste momento estamos discutindo a composição das relações de gênero no capitalismo. São essas diferenças, na medida que emergem e são problematizadas, que acentuam a questão de que o debate de gênero é atravessado por marcadores que distinguem o que seria “a experiência” das mulheres. Elas nunca podem ser tratadas de modo genérico ou universal.

A elucidação do gênero de cunho histórico, não se caracteriza somente na estruturação social dos sexos e das funções que são culturalmente conferidas ao homem e à mulher no tempo. A constituição de uma identidade masculina ou feminina, atravessa dimensões subjetivas e objetivas da consolidação dos sujeitos, características que vão além do biológico, mas também atravessam questões culturais, econômicas, sociais.

Sob esse prisma, salientamos para a complexidade do sistema capitalista que alcança a sociabilidade de homens e mulheres, sem desconsiderar a existência de diferenças e desigualdades nessa sociabilidade. Tais diferenças e desigualdades se consolidam quando se distanciam cada vez mais das relações orgânicas e naturais, que também fazem parte deste processo. Desse modo:

Através de um processo histórico uma espécie da natureza constitui-se, sem perder sua base orgânico-natural, em espécie humana (processo de humanização). “[...] quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida” (BRAZ; NETTO, 2006, p. 38).

As relações de gênero não estão desassociadas dessas relações sociais que definem a consolidação dos sujeitos, se prendem às singulares formas de constituição social, devendo ser consideradas com cautela ao diferenciar as

singularidades do que expressa ser mulher e homem na atualidade, assim como não se distanciar das determinações culturais e sócio-estruturais que caracterizam a existência e a ação dos sujeitos.

De forma abrangente, a apreensão de sua característica social coloca as relações de gênero numa colisão com a consolidação das funções naturais dadas às mulheres e homens, abalando potências conservadoras persistentes na proteção da vocação do feminino e do masculino, ou seja, no que se impõe a serem coisas “de homens” e coisas “de mulheres”.

Desse modo é de grande relevância que se faça uma breve abordagem sobre a consolidação do ser social (homem ou mulher), sendo assim, a importância de detalharmos suas descrições enquanto ser social, para posteriormente entrarmos no debate sobre a consolidação dos gêneros masculinos e femininos.

A elucidação do ser social tendo como base o processo histórico e a capacitação humana se distingue do fato de apenas existir, isso quer dizer que é na própria relação com os demais e com a natureza que a particularidade social se intensifica.

Os fundamentos do método de consolidação do ser social não expõem princípios que identificam homens e mulheres como seres sociais. Também aqui devemos destacar que o trabalho não é o único que constitui e gesta o ser social, embora seja atividade determinante, pelo fato de possibilitar o que difere o homem da natureza:

A existência de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985a, p. 50).

A particularidade das relações que definem homens e mulheres enquanto seres sociais precisa ser considerada e, para tanto, é importante aprofundar o conhecimento sobre os conceitos de patriarcado e divisão sexual do trabalho, sobretudo se adotamos a perspectiva crítica que tem no trabalho elemento central da organização social e do ser social.

Compreendemos que homens e mulheres exercem relações diferentes de trabalho (divisão sexual do trabalho), mas não devemos associar uma capacidade humana inferior a qualquer das partes. O trabalho é o referencial da divisão sexual

do trabalho, diferenciando as relações sociais entre homens e mulheres, as quais são transversais a todos os meios sociais (HIRATA, 2010).

Essas relações se fundamentam pelas distinções de cultura, distribuição de funções, organização social e de inclusão de novos princípios na vida em sociedade. O patriarcado faz parte desses princípios, que segundo Christine Delphy, significa:

Uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (DELPHY, 2009, p. 173).

A divisão sexual do trabalho foi pesquisada em diversos países, mas foi na década de 1970, na França, que se consolidou o conceito dessa forma de divisão do trabalho, que teve como pano de fundo, as lutas do movimento feminista. O conceito de divisão sexual do trabalho enraizou a discussão sobre a participação da mulher no trabalho em espaços públicos e privados. Desse modo, as mulheres deixam de ser despercebidas diante da reprodução social, que executavam sem ganho algum (CASTRO, 1992).

Kergoat (2009: 67), descreve que divisão sexual do trabalho teve uma definição inicial quando etnólogos utilizaram o termo para fazer uma divisão à parte dos afazeres entre homens e mulheres naquela sociedade que viviam. Já Lévi-Strauss utilizou o termo como um modo descritivo da sociedade no interior da família.

Mas foram as antropólogas feministas, conforme a autora, que deram uma nova definição para o termo, diferente da definição dada pelos etnólogos, sendo “uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (MATHIEU, 1991; TABET, 1999). A autora ainda relata que em disciplinas de História e Sociologia, o termo tem um sentido analítico. Para Kergoat (2009, p. 67) a divisão sexual do trabalho é:

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Segundo a autora, o termo está dividido em dois elementos organizadores, sendo o da separação, os quais homens e mulheres exercem trabalhos diferentes e o da hierarquização, em que o trabalho exercido pelo homem tem mais valor do que

o exercido pela mulher. Kergoat (2009, p. 67) evidencia que o termo divisão sexual do trabalho não pode ser considerado como uma definição “rígida e imutável”.

Salienta que “problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista”. A autora reitera que é justamente o oposto, que há mutações nessa definição, e se os fenômenos da reprodução social vem à tona, levam a estudar “deslocamentos e rupturas”, assim como a necessidade de novas definições que indaguem a existência do próprio termo (2009, p. 68).

Para melhor explicar, homens e mulheres na condição humana têm um conjunto de princípios fundamentais em suas vidas, que se remodelam na evolução entre si e com o modo reprodutivo e produtivo da vida social. Assim, corroborando com Lukács, Lessa (2015, p. 27), afirma no que concerne à elucidação do ser social em sua complexidade.

Identificamos princípios que nos caracterizam como seres humanos e sociais, de um modo universal. Outros princípios que fazem parte da organização da vida em sociedade (divisão de tarefas entre homens e mulheres, divisão sexual do trabalho), a invenção de certos valores que se acentuam em um grupo social e não em outro (característica de cada ser social em coletividade) e a forma como cada sujeito se comporta nessa coletividade.

Destaca-se que as relações de gênero e o capitalismo se reproduzem mutuamente e constituem o conjunto das relações atuais, porém não são compreensíveis as particularidades da constituição do homem e da mulher fora da esfera da exploração a qual são subordinados. Há uma opressão capitalista sobre as desigualdades, como por exemplo de gênero, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela”, conforme Wood (2003, p. 231).

No contexto dessas determinações estão inseridas as discussões acerca da divisão sexual do trabalho, a respeito dos espaços que homens e mulheres compartilham nesse meio, a denominação do público e privado nas relações de gênero. Desse modo, Heilborn (1992, p. 9) corrobora ao reiterar “que a hierarquia organiza a estrutura binária dos modelos classificatórios de modo a um termo englobar o outro”.

Para Veloso (2000), gênero não deve ser compreendido como algo isolado, mas articulado com outras considerações como classe e a questão étnico-racial. O

autor ainda relata que esses eixos são importantes, mas devem ser “privilegiados”, “hierarquizados”, a partir da delimitação do fenômeno a ser esclarecido.

Já o conceito de patriarcado pode ser compreendido no “sentido dado pelas feministas. É compreendido que a palavra designa a dominação dos homens, quer sejam eles pais biológicos ou não” (HIRATA et al., 2009, p. 178).

Para Saffioti (1985), são formas de discriminação e subordinação dos homens sobre as mulheres, que regem a estrutura de organização das sociedades, tendo essa concepção enraizada no capitalismo.

Para a autora, o capitalismo não seria visto somente como aquele que rege a estrutura de organização das sociedades pela ótica do capital, já que teria em sua raiz, um complexo de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, que traria também, uma utilização diferenciada pelo capital da força de trabalho de mulheres. Lavinhas e Castro (1992) apontam sobre o conceito de patriarcado:

Não há, entre as feministas, concordância no seu uso, senão na identificação da noção de poder, de dominação masculina. Para algumas, ele se dá ao nível da família, para outras, num plano mais geral, na relação com o Estado (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 237).

Em termos de família, para as autoras, os homens e mulheres mudaram com o passar do tempo, portanto, a relação entre homens e mulheres já não é mais a mesma. Desse modo, elas acreditam que esse termo deve ser alusivo a uma perspectiva histórica, pois do contrário:

[...] impossibilita pensar a mudança, pois cristaliza a dominação masculina. Condena a mulher “ad eterna” a ser um objeto, incorrendo pois, paradoxalmente, no mesmo movimento que as articuladoras do conceito querem denunciar (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 237).

Um outro item é identificado pelas autoras, trata-se de “o uso do conceito de patriarcado no plano do imaginário social”, (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 328), que retrata as potencialidades do patriarcado quanto à produção de subjetividade.

Almeida (1996) citada por Veloso (2000, p. 15) salienta algumas críticas sobre a compreensão de patriarcado, destacando:

- a) apresentar tal grau de generalidade que obscurece mais do que ilumina as análises, posto que ignora diferenças sociais e políticas importantes entre mulheres;
- b) suas origens weberianas, inscrevendo-se na esfera política e exercendo-se predominantemente na comunidade doméstica (SAFFIOTI, 1992) e em outras formações sociais simples (LAVINAS; CASTRO, 1992);
- c) dificultar a reflexão sobre a mudança, à medida que ‘cristaliza a dominação masculina’ (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 237); não mostrar

como a desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades, consistindo em uma análise circular (SCOTT, 1990);
 d) apoiar-se no entendimento de que a dominação da mulher se dá através da apropriação do seu trabalho reprodutivo e da sua reificação sexual (idem) (ALMEIDA, 1996, p. 26).

As teóricas dos estudos de gênero sofreram críticas quanto a um suposto caráter genérico e neutro do conceito de gênero que não apontaria para a problemática das desigualdades geradas pelo patriarcado (SAFFIOTI, 2004). Veloso (2000) cita Almeida (1996), mostrando que é possível utilizar o conceito de gênero sem necessariamente abrir mão do debate trazido pelo patriarcado.

Entende-se que analogamente aos conceitos históricos de capitalismo e classes sociais, que não se substituem mutuamente, patriarcado e relações de gênero são conceitos complementares, cuja utilização, em um mesmo campo epistemológico, é enriquecedora da análise, reforçando o caráter estrutural e dinâmico do problema da subordinação da mulher. Reiterando-se as análises anteriores, o sujeito é, então, concebido como multifacetado, contraditório e amplamente diferenciado (ALMEIDA, 1996, p. 33).

Observa-se que Veloso (2000, p. 01) esclarece que para ter a compreensão de gênero é importante que tenhamos uma referência para seguir o estudo, mas não tê-la como um todo. É algo que será um caminho para auxiliar na compreensão sobre gênero.

Veloso (2000, p. 03) exemplifica que quando se estuda uma situação de violência contra a mulher é importante que esses eixos (gênero, classe e questão étnico-racial) sejam bases para o estudo.

Essas relações estão entrelaçadas com outros conjuntos de relações simultaneamente, conforme o autor cita Saffioti, Almeida e Cançado:

Considerando-se o nó constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata porém de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem (SAFFIOTI; ALMEIDA; CANÇADO, 1992, p. 04, apud VELOSO, 2000, p. 04).

Do ponto de vista dos aspectos subjetivos e objetivos, Veloso (2000, p. 05) exemplifica que homens e mulheres, conforme geram as suas práticas sociais e a história, constituem objetivação. O autor cita Marx e Engels (1996, p. 56), pois para o homem burguês, a mulher é apenas um objeto de produção, que será explorada igualmente, assim, a resposta da propriedade coletiva também envolverá as mulheres. Veloso conclui que as mulheres tinham a função de objeto e não de sujeito constituinte da mesma esfera social e histórica. Elas eram anuladas

socialmente. Veloso (2000) ressalta que é esse sincronismo entre a objetividade e a subjetividade, que direciona a inseparabilidade destes processos (VELOSO, 2000, p.5). Desvela-se que as relações sociais mostram uma coisificação, ou seja, os componentes da vida social têm perdido sua essência, passando a se caracterizar como “coisas”, que estão relacionadas quanto a sua efetividade e capacidade de atender as necessidades das pessoas.

Veloso (2000, p. 08) menciona Almeida (1998) ao relatar que as relações de gênero concebem “um conjunto de imagens e lugares competitivos e/ou complementares que serão disputados estrategicamente, por homens e mulheres que integram diferentes frações de classe e raça/etnia, em cada contexto histórico” (ALMEIDA, 1998, p.15).

Considerando este caráter de sobreposição entre os eixos fundamentais para a constituição da realidade, Veloso (2000) descreve gênero, conforme Scott (1995) sendo um “elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, apresentando-se também como “uma forma primordial de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 11), conforme vimos anteriormente.

Veloso (2000) relata que gênero está presente em todas as relações sociais. Está presente no simbolismo, nas formas diferenciadas de interpretação desses símbolos, assim como a política institucional e geral, também na construção das identidades masculinas e femininas, no modo subjetivo. Ou seja, se mostra como uma das extensões que transpassam e constituem o que cada sociedade define como características de homens e mulheres.

Lauretis (1994) citada por Veloso (2000) relata que o sujeito apresenta várias características, tais como as de gênero e classe social, que o farão um indivíduo de “subjetividades”, sendo caracterizado como “sujeito múltiplo”.

A autora relata que gênero representa uma relação, a qual constitui uma relação com outras entidades previamente consolidadas, se desvelando como a reprodução de uma relação social e não meramente de apenas um sujeito restrito. Para a autora, gênero é retratado como uma forma de composição social.

Na atualidade, o termo “gênero” tem sido verbalizado para evidenciar o caráter social das formas diferenciadas de sexo, direcionando para uma recusa do determinismo biológico no emprego de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Para Scott (1995), muitas feministas se inquietavam por não existir um quantitativo

considerável de estudos específicos sobre mulheres, reduzindo, assim, a característica histórica da pesquisa.

Desse modo, o intuito das pesquisadoras feministas era desvelar a relevância de papéis e simbolismos sexuais em diversas sociedades e períodos históricos, refletindo o modo com que essas relações se consolidavam. O que leva a uma nova construção histórica, sendo o gênero considerado como uma categoria de análise (SCOTT, 1995).

Para a autora, os (as) historiadores (as) das mulheres, buscam a cada dia, por formulações teóricas que sejam utilizáveis. Essa busca é incentivada pela existência de estudos históricos de classes, que não se aprofundam no interior das dessemelhanças e das práticas sociais diferentes dentro dessas classes. Outra motivação se dá pela divergência entre o nível de qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu “status marginal” referente ao conjunto da disciplina que não indaga e nem problematizam essas concepções dominantes (SCOTT, 1995, p. 74). Entretanto, o desafio colocado por essas reações é de cunho teórico, o que caminha para uma análise aprofundada do elo entre a história passada e a prática histórica atual.

As teorias utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) para conceituar o “gênero”, se dividem em duas categorias distintas. A primeira é descritiva e se relaciona à existência de fenômenos da própria realidade, sem envolver nenhuma causalidade. A segunda abordagem é de lógica causal e teórica sobre a natureza dos fenômenos, buscando compreender como eles se estruturam e se consolidam. No uso descritivo, “gênero” é uma nova abordagem de poder da pesquisa histórica, mas não é o suficiente para indagar e modificar os paradigmas históricos. Daí a importância, segundo Scott, de elevar o gênero ao patamar de uma categoria analítica.

Quando pontuamos gênero e refletimos sobre as descrições dos autores, observamos que homens e mulheres cada vez mais estão se afastando de padrões passados de gênero, que a subjetividade cada vez mais tem se modificado, pois esse padrão de masculino ou feminino no contexto atual, já não se sustenta mais. Pensando na singularidade e pluralidade que ambos os sexos apresentam, com o passar do tempo, as feminilidades e masculinidades também se modificam.

1.2 Feminismos, processo histórico e contexto político

Os feminismos tradicionalmente ficaram conhecidos como movimentos sociais, que surgiram através de ideias iluministas e transformadoras oriundas da Revolução Francesa e Americana. Também propiciaram lutas que buscavam por direitos políticos e sociais, que se fortaleceram através da colaboração de mulheres europeias, americanas e latino-americanas. Pinto (2010) salienta que:

Os feminismos aconteceram a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto (PINTO, 2010, p. 15)

Conforme Constância Lima Duarte (2019, p. 25), os feminismos como “movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou as relações entre homens e mulheres”. São movimentos sociais e políticos que buscam a garantia de direitos das mulheres e igualdade de direitos entre homens e mulheres. Segundo Mies (2016, p. 839), o movimento feminista luta contra a dominação hierárquica entre homens e mulheres. Essa dominação não é mais admitida como decorrente da diferença biológica, as mulheres buscam a igualdade de gênero, a igualdade na divisão sexual do trabalho.

Lisboa (2010, p. 69), descreve uma visão que a sociedade de um modo geral tem sobre o significado dos feminismos:

Feminista não, feminina, sim!”. Isto esclarece que, em relação à concepção de feminismo, permanecem estereótipos relacionados a uma época em que “feminismo” era sinônimo de “um grupo de mulheres mal-amadas, rebeldes e separatistas”, conseqüentemente, malvistas pela sociedade em geral.

Para Lisboa (2010), os feminismos são movimentos socioculturais, que buscam igualdade, equidade e justiça nas relações entre homens e mulheres e sobretudo na garantia de direitos humanos. A partir do movimento feminista tornaram-se públicas as discussões sobre relações entre homens e mulheres, onde a dominação patriarcal se faz presente.

Saffioti (1987), citada por Veloso (2000) relata que os feminismos devem ser falados no plural e não no singular. Para ela existem diversas concepções da questão da mulher que podem ser constituídas, de acordo com o ponto de vista teórico-metodológico adotado. A mais recorrente delas é anglo-saxônica, que se

divide em cinco aspectos conservantismo, liberalismo, marxismo dogmático, feminismo radical e feminismo socialista.

O “conservantismo”, está caracterizado pela dominação masculina sobre a feminina, que está presente nas relações entre as categorias de sexo. Centraliza o sexismo como desigualdade natural, sendo inquestionável, pois se trata de um processo natural dos meios sociais.

O “liberalismo”, preocupa-se, prioritariamente, com a tarefa de “reivindicar para as mulheres igualdade de direitos com relação aos homens no plano *de jure*” (SAFFIOTTI, 1987, p.107).

O “marxismo dogmático”, possui uma visão reducionista, somente considera a proposta enraizada nas lutas de classes. Desse modo, a mulher só desperta interesse se ela estiver envolvida nas lutas de classes.

O “feminismo radical” está vinculado ao fato de não concordar com as próprias diferenças sexuais biológicas determinadas. Sendo assim, este movimento contempla o antagonismo entre as categorias de sexo, corroborando com a ideia de uma aproximação com o marxismo dogmático, que preconiza a luta de classes.

O “feminismo socialista” tem uma característica muito peculiar ao tentar se efetivar, articulando as relações de gênero e as relações entre as classes sociais.

Para além dessas diferenças que tornam mais apropriado falarmos de feminismos no plural, vale ressaltar que os feminismos também têm como propósito ético-político denunciar todas as formas de discriminação e opressão, que trazem sofrimento às pessoas que não se enquadram no “padrão” social hegemônico, desconstruir toda forma de imposição para homens e mulheres, com base na diferença sexual, que é o principal elemento da submissão feminina.

Durante muito tempo, as mulheres foram mascaradas historicamente. Para Louro (1997), o afastamento social e político a que as mulheres foram conduzidas teve como resultado o alargamento de sua invisibilidade como indivíduo. Louro relata que essa exclusão foi uma resposta da elaboração de muitos debates no meio privado, no qual o ambiente doméstico era entendido como o lugar, o “universo da mulher” (LOURO, 1997, p. 17).

A autora nos esclarece que as dessemelhanças sociais associadas a homens e mulheres (diferenças de gênero) são assumidas por muitos como peculiaridades das diferenças biológicas. É entendido que por esse ângulo, as dessemelhanças sociais são relacionadas à noção de sexo. Entretanto, não são as particularidades

sexuais que diferem o masculino do feminino, mas a forma como são interpretadas e reconhecidas socialmente e historicamente.

Para Mies (2016, p. 841), tantos os homens quanto as mulheres nessa visão são definidos pela perspectiva biológica. Sendo definidos “mãos e cabeças” para exemplificar homens e as mulheres são exemplificadas como “seios e útero”. Aqui a autora exemplifica o homem como detentor de força, tendo assim, capacidade necessária para o trabalho adequando-se às necessidades do capitalismo. A mulher representa de outro lado, a reprodução, o cuidado com a família, diferente da mão de obra qualificada.

As pesquisadoras feministas ao longo do tempo, buscaram desvelar os papéis e simbologias sexuais nos diferentes momentos históricos, ponderando o modo como essas relações se consolidavam. O que suscita uma nova estruturação histórica, compreendendo assim, o termo gênero como uma categoria de análise central para a compreensão da realidade social.

Duarte (2019, p.26), expõe os momentos dos feminismos, mas inicialmente descreve sua concepção sobre feminismos:

Pois feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo.

A história dos feminismos foram divididas em importantes momentos históricos, que são comumente chamados de “ondas”. A primeira onda dos feminismos surgiu no final do século XIX e início do século XX, inicialmente na Europa e Estados Unidos e depois em outros países, a qual sua principal bandeira naquele momento foi a luta das mulheres para conquistar espaço político e o direito ao voto. O movimento de lutas pelos direitos políticos foi celebrado como sufrágismo, desse modo, as sufragistas eram as mulheres que compunham esse movimento:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (ABREU, 2002, p. 460).

Nessa primeira onda, as mulheres, além disso, começaram a questionar o fato de não terem os mesmos direitos trabalhistas que os homens e a reivindicação de igualdade de direitos trabalhistas se tornou evidente.

No Brasil, as sufragistas foram lideradas por Bertha Lutz, conceituada cientista, bióloga, que estudou no exterior e retornou ao país em 1910, também iniciou a luta pelo voto de mulheres. Foi uma das pioneiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização que lutou publicamente pelo voto. Em 1927, ela levou até o senado um abaixo-assinado solicitando aprovação do projeto de lei que concebia o direito de voto às mulheres, em 1932 foi concedido e promulgado no Novo Código Eleitoral Brasileiro (CEB), mas foi suspenso logo em seguida com a instauração da ditadura de Vargas.

Também na primeira onda dos feminismos no Brasil, houve o movimento de operárias anarquistas, que em 1917 manifestaram “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35). Esse movimento refletia como era sofrido o trabalho de mulheres em quaisquer locais de trabalho, quanto a atuação perversa e exploradora de seus empregadores.

Silva (2019) corrobora com Saffioti (2013) ao declarar que nos tempos póstumos à escravidão, as mulheres negras tratavam como meios de sobrevivência as atividades que eram consideradas mais degradantes como o trabalho doméstico ou até a prostituição:

Nos primeiros tempos após a abolição, internaria também no processo de prostituição a degradação moral a que tinha sido reduzida a mulher negra. Desmistificava-se, entretanto, como a universalização do salariado, o fundamento econômico da prostituição (SAFFIOTI, 2013, p. 252).

Mas, as mulheres negras também se organizaram. Segundo Costa (2007, p. 8), em 1936, através de Laudelina de Campos Melo foi criado o Movimento das Trabalhadoras Domésticas (MTD), que também fundou a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. Essa importante associação almejava ser um sindicato, pois segundo o autor, somente nesse nível jurídico poderia reivindicar junto ao Estado, o reconhecimento jurídico como categoria profissional, assim como direitos trabalhistas.

Laudelina de Campos Melo, além de ser fundadora da Associação das Trabalhadoras Domésticas era militante do movimento negro. Costa (2007, p. 9) cita C. F. Pinto (1993) relatando que Laudelina participou de outras organizações do

movimento negro como em Poços de Caldas (MG), na capital paulista e em Santos (SP) desde 1920. Na década de 1930, Laudelina foi militante na Frente Negra Brasileira.

Costa (2007, p. 9) salienta que a militante em diversos momentos da sua vida, tinha uma visão sobre questões raciais, pois era nítido em suas características quanto em sua participação na organização política de trabalhadoras domésticas, que eram tratadas como escravas domésticas. São consideradas pelo autor, “reações e resistências à colonialidade do poder e pontos de inflexão” por parte da militante.

O autor desvela que a “colonialidade do poder” (COSTA, 2007, p. 9) era enraizada no cotidiano das trabalhadoras domésticas, pois não havia uma consolidação jurídica para elas e pelo fato dos empregadores tratarem o serviço doméstico como trabalho escravo. O serviço doméstico só era relatado nas leis sanitárias e policiais, no intuito de defender o empregador contra as trabalhadoras domésticas.

Costa (2007) cita Nascimento (2003) ao observar que em 1950 houve grande debate sobre o Projeto de Lei do Deputado Café Filho, que buscava a regulamentação e garantia dos primeiros direitos da profissão de trabalhador (a) doméstico (a). Essa notícia foi veiculada no jornal “O Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, que tinha à frente Abdias do Nascimento, como editor e diretor.

A luta pelos direitos da trabalhadora doméstica perdura até hoje com as resistências em torno da Emenda Constitucional 72/2013 que busca incluir direitos trabalhistas e previdenciários para esse segmento da classe trabalhadora. Vale registrar que as lutas sempre estiveram atreladas ao movimento negro, “movimento de resistência de homens e mulheres negras em busca de igualdade e contra a profunda exploração a que eram submetidos” (SILVA, 2019, p. 78). Tais movimentações percorreram a história do feminismo desde sua primeira “onda” até os tempos atuais.

A primeira onda dos feminismos perdeu força após a década de 1930, tanto no Brasil quanto na Europa e Estados Unidos, ressurgindo com intensidade três décadas depois. No passar desse período, um marco para as mulheres, fundamental para o início da segunda onda dos feminismos foi o livro: *O Segundo Sexo*, da autora Simone de Beauvoir, que teve sua primeira publicação em 1949.

Nessa obra a autora elabora uma das frases impactantes dos feminismos: “não se nasce mulher, se torna mulher”.

Em meio a diversas mudanças políticas, culturais e sociais pelo ocidente afora, no período da década de 1960, Betty Friedan, publica nos Estados Unidos, em 1963, um livro que marcou o momento dos feminismos brancos estadunidenses, “A mística Feminina”. Durante o decênio, nos Estados Unidos e na Europa, o movimento ressurgiu com intensidade e as mulheres reiniciaram o debate sobre a relação de poder entre homens e Mulheres (PINTO, 2010, p.16).

Nessa segunda onda, os feminismos surgiram como um movimento libertador, que não busca apenas um espaço para as mulheres na sociedade de um modo geral, mas uma nova forma de convivência, a qual se pratique a liberdade e autonomia sobre a própria noção de “ser mulher”. As feministas problematizarão a ideia de uma essência feminina baseada num destino biológico: a maternidade.

Essa visão teve grande relevância no segundo momento dos feminismos, pois evidenciou uma nova forma de dominação do homem sobre a mulher. As mulheres se preocupavam em combater a discriminação e a desigualdade entre os sexos. Essas desigualdades foram identificadas através da junção de problemas sociais e políticos, os quais impulsionaram as mulheres a serem politizadas e lutarem contra o poder sexista.

A década de 1960 e 1970 foram períodos antagônicos no Brasil, onde a Ditadura Civil Militar marcou o país num grande retrocesso político e social, diferente dos Estados Unidos e a Europa, onde proliferaram movimentos em prol da liberdade.

Mas foi nesse período, mais especificamente no ano de 1975, no México, que ocorreu a I Conferência Internacional da Mulher, que foi conduzida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual decretou que o decênio seguinte seria o período da mulher.

No mesmo período no Brasil, ocorreu uma semana de discussões intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com incentivo do Centro de Informações da ONU (PINTO, 2010, p. 17).

Em 1979, foi lançada em Paris, “A Carta Política”, que foi muito importante ao descrever a situação em que as mulheres viviam:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos

estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (PINTO, 2003, p. 54).

Carneiro (2019, p. 273) faz um importante apontamento sobre os feminismos brasileiros, ela relata que durante muito tempo os feminismos estiveram enraizados numa “visão eurocêntrica e universalizante de mulheres”, ou seja, uma visão centralizada nos conceitos Europeus que buscavam alcançar as mulheres. Ela relata que o que levou a essas consequências foi a imperícia de não identificar as diferenças e desigualdades que estão presentes nos feminismos brasileiros, ou seja, suas peculiaridades.

Desse modo, o silêncio de mulheres vítimas de inúmeras coerções, que além do sexismo, permaneciam na invisibilidade continuou a predominar. As denúncias sobre questões que envolviam as mulheres na sociedade brasileira em todas as formas de opressão sofridas levaram à necessidade de que os feminismos repaginassem seus discursos e ações políticas para intervir na realidade das mulheres no Brasil.

Para Carneiro (2019), o movimento de mulheres negras tem uma participação fundamental para intervir nessa perspectiva, contribuindo para as aspirações e intervenção política feminista brasileira.

Para a autora, ao considerar as diferenças de gênero, contribuíram para transformar as mulheres em sujeitos políticos. Mulheres indígenas e negras, por exemplo, possuem necessidades muito peculiares, que não podem ser tratadas no cerne, sob a perspectiva de gênero, sem que sejam consideradas as características que envolvem esses grupos de mulheres.

Esse olhar intensifica políticas que aumentam a compreensão e a importância dos feminismos no Brasil, resguardando essas demandas. Desse modo, Carneiro (2019) cita Lélia Gonzalez (2000), ao enfatizar que o combate ao racismo deve ser prioridade política para as mulheres negras. Gonzalez (2000, p. 56) relata que “a tomada de consciência da opressão, ocorre antes de tudo, pelo racial”.

Para Carneiro (2019), essa importância em articular o racismo às lutas de mulheres faz parte do processo histórico, no qual estão inseridas. Ainda salienta que a questão racial desenvolveu gêneros subalternos, inferiorizados, tanto à identidade das mulheres negras quanto à masculinidade subordinada dos homens negros, mas

ambos os sexos negros, mesmo assim estão num patamar abaixo das mulheres brancas.

A autora declara que o racismo declina o “status” dos gêneros femininos e masculinos. Exemplifica que para que as mulheres negras atinjam o mesmo “nível” das mulheres brancas, será necessário experimentar um “status” surreal de mudança social, entendendo, em diversos estudos, que estão abaixo das mulheres brancas.

Carneiro (2019) considera que a diversidade de entendimentos e ações políticas, levam à confirmação, como citado anteriormente, de que as mulheres estão se transformando em novos sujeitos políticos, que por um lado pleiteia e identifica a diversidade e desigualdades entre elas.

Também considera uma citação importante de Lélia Gonzalez, no artigo de Bairros (2000) ao considerar que as contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista e a crítica elementar da prática política das mulheres negras incorporam nos feminismos importantes concepções. A autora cita Gonzalez:

Padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (GONZALEZ apud BAIROS, 2000, p. 57).

Esses apontamentos impulsionaram o envolvimento de mulheres negras em outros movimentos populares, negros e de mulheres nas esferas nacionais e internacionais, que buscaram inserir a agenda de mulheres negras nesses encontros.

Essas ações se consolidam desde a década de 1980, na instituição de organizações de mulheres negras, que marcaram território em diversas partes do país, bem como de fóruns de debates sobre mulheres negras, a partir de temas centrais da agenda feminista, que é indagada pelas mulheres negras no que se refere ao racismo e à discriminação.

Carneiro (2019) declara que a centralidade política das mulheres negras tem se consolidado através do esforço que estabeleceu transformações na transparência e mudança política feminista no Brasil.

A partir dos anos 1980, o Brasil inicia o período de redemocratização do país e uma fase de grande movimentação das mulheres na busca por efetivação de direitos. Houve grande mobilização de grupos e coletivos, os quais debatiam diversos temas pelo país: direitos, violência, trabalho, saúde materno-infantil, identidade sexual e racismo.

A criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, foi um marco do feminismo no Brasil, que junto ao Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA – Brasília) promoveu uma campanha em nível nacional para que as mulheres fossem incluídas na nova Constituição. A Carta Magna de 1988 é considerada a de maior garantia para as mulheres em todo mundo. Entretanto, o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) perdeu visibilidade nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em caráter ministerial e foi desenvolvido e reformulado o Conselho, mas de maneira próxima ao que foi idealizado inicialmente (PINTO, 2003).

Segundo Assis, Martins e Ferrari (2018), através do sítio “Gênero e Número”, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 2003, sendo considerada por especialista como um avanço para o movimento de mulheres no Brasil, mas teve uma redução orçamental entre os anos de 2015 a 2018. Conforme dados relatados pelo sítio, houve declínio de 68% em ações pela cidadania para mulheres. As autoras informaram que aumentou a prioridade para ações direcionadas à violência contra mulheres, com um aumento de 100% de participação da SPM, no período citado.

Para as autoras, por mais que tenha ocorrido uma variação de orçamento para políticas para as mulheres no decênio anterior a 2018 e tenha sofrido uma redução no Governo Dilma Rousseff (2011), nos anos vindouros ocorreu um aumento contínuo de investimentos da secretaria, com um auge de R\$ 62,7 milhões no ano de 2015. Após o ano de 2016, houve uma redução de ações sendo reduzido aos R\$ 19,9 milhões, até o final de 2018.

Assis, Martins e Ferrari (2018) descrevem que a SPM foi “rebaixada” por uma reforma ministerial no final da presidência de Dilma Rousseff/ Temer. Segundo as autoras, a partir daí a SPM passou por vários Ministérios: das Mulheres, da Juventude e dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Justiça e Cidadania, pela Secretaria de Governo da Presidência e pelo Direitos Humanos. Em 2019, passou a integrar o Ministério das Mulheres, das Famílias e dos Direitos Humanos.

No final do século XX, o movimento feminista sofreu diversas mudanças, uma delas e de grande destaque foi o processo de profissionalização, através da concepção de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que tem como proposta ação interventiva junto ao Estado, com o intuito de estabelecer medidas protetoras para as mulheres e de construir espaços para que as mulheres tenham maior integração política (PINTO, 2003).

A luta para erradicar a violência contra a mulher teve grande visibilidade na década de 1980. Já existiam as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), mas foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 07/08/2006), que desenvolveu meios para refrear a violência doméstica e contra a mulher. No ano de 2005 e 2007, os Planos Nacionais para Mulheres movimentaram milhares de mulheres e desenvolveram documentos que analisaram a conjuntura da mulher brasileira.

1.3 A agenda feminista sobre a violência contra a mulher

Como mencionado anteriormente nessa dissertação, muitas foram as mulheres que não aceitavam sua condição de subordinação feminina. As políticas sociais de combate à violência contra mulheres são em grandes proporções, respostas às reivindicações de mulheres que se uniram em movimentos de bairros e aos movimentos feministas, as quais eram em sua maioria, de classe média e retornavam do depoimento da Ditadura Militar (GONÇALVES, 2009).

No ano de 1975, a ONU elaborou o primeiro “Dia Internacional da Mulher” e também nesse mesmo período foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em São Paulo, e posteriormente foi fundado o Centro da Mulher Brasileira (Rio de Janeiro e São Paulo). Foram associados ao movimento feminista diversos grupos que atuaram arduamente buscando por melhores condições de vida, igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela anistia.

Conforme Gonçalves (2001), esses grupos de mulheres faziam parte das diversas organizações sociais e dos partidos de oposição, contrapondo com êxito as determinações do regime militar. O movimento de mulheres acusava as segregações, afetando as mudanças de valores e os costumes sobre as questões relacionadas às discriminações de gênero, raça, etnia e orientação sexual. Mulheres que romperam com os espaços domésticos e privados e caminharam nos espaços públicos, políticos e sociais. As mulheres descobriram seus direitos, ao mesmo tempo também seus corpos, distúrbios e deleite.

Nos anos de 1980, a temática sobre a violência contra a mulher crescia efervescente entre os itens de reivindicações feministas e houve também um impulso nos estudos sobre esse assunto. A morte de Ângela Diniz, no ano de 1976, e a absolvição de Doca Street, assassino, que se defendeu ao dizer que a matou em legítima defesa da honra, foi um grande “divisor de águas” que alavancou as primeiras reivindicações públicas brasileiras.

Nesse período se iniciou um novo momento histórico da violência contra mulheres no Brasil. Devido aos fatos, surgiram muitas organizações sociais, que tinham como principal foco o atendimento às vítimas de violência contra a mulher, a pioneira nesse momento foi a organização SOS Mulher.

Em dez de outubro de 1980 foi inaugurado o SOS Mulher-SP, um evento na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, com muitas mulheres vestidas de branco erguendo faixas que diziam que o silêncio é cúmplice da violência citando o nome de várias vítimas mortas.

A inauguração foi marcada por denúncias e protestos. Nessa mesma noite, algumas militantes retornando para casa foram agredidas na rua e esse acontecimento serviu para reforçar a mobilização das mulheres e organizar a defesa das mulheres vítimas de violência.

A finalidade do SOS Mulher era desenvolver alternativas para as prestações de serviços, articulando os problemas sociais à mobilização política.

O SOS Mulher manteve atendimento durante o período de 1980 a 1983. Foi um período interno de redefinições, crises e esvaziamento. Em junho de 1980 foi realizado um encontro por uma militante do grupo Associação de Mulheres que tenta incorporar pela primeira vez o tema violência contra a mulher nos movimentos feministas. Muitos assuntos foram tratados como gênero e etnia, mas, no final do

encontro firmaram uma política conjunta com a criação de uma comissão de combate à violência contra a mulher com o apoio do movimento feminista.

Conforme o relato de Lúcia Rodrigues, integrante do SOS Mulher, entrevistada por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn para o periódico “Perspectivas Antropológicas da Mulher”:

Entre atividades de agitação ou propaganda, fomos procuradas por mulheres que estavam vivendo alguma situação de violência... Mas era uma coisa muito precária, nada realmente preparado para dar uma resposta a essas mulheres (RODRIGUES, 1984, p. 113).

De acordo com Pinto (2003) esta organização tinha o intuito de construir “um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres” (PINTO, 2003, p. 81). Entretanto, segundo a autora, o SOS Mulher entrou em conflito. Pinto relata que as feministas entraram em conflito ao perceberem que todos os seus esforços em intervir sobre as mulheres vítimas de violência, não eram capazes de transformar as atitudes delas, pois segundo o fluxo de atendimento, as vítimas eram acolhidas pela organização, mas retornavam ao convívio familiar com os agressores, assim, não havia continuidade dos atendimentos (PINTO, 2003, p. 81).

A crise que se estruturou no SOS Mulher estava relacionada a realidades sociais diferentes. As integrantes do SOS Mulher eram politizadas, cultas e tinham uma realidade financeira diferente das mulheres atendidas por elas. As vítimas atendidas eram mulheres trabalhadoras, vítimas autênticas do proletariado burguês, que segundo a autora, as militantes não tinham a mesma empatia por não serem vítimas de violência como elas. Desse modo, Pinto (2003, p. 81) relata que “as mulheres que formavam o SOS Mulher não eram as vítimas de violência física. A vítima, isso sim, a outra, aquela que não era feminista, aquela que não tinha cultura, aquela que não tinha condições econômicas”.

Decerto, as mulheres atendidas no SOS Mulher se sentiam resguardadas e fortalecidas para lidar com o agressor, segundo a autora, a organização se tornava mediadora diante do agressor que temia a retaliação.

Entretanto, as mulheres que procuraram acolhimento no SOS Mulher, apenas não queriam mais sofrer violência, não tinham o intuito de serem feministas. Essa decisão contribuiu para o distanciamento entre as feministas que realizavam os atendimentos e as mulheres vítimas que buscavam auxílio. Porém, a criação da

organização SOS Mulher foi um diferencial no atendimento às vítimas de violência no Brasil.

No final da década de 1970, em meio a construção pela redemocratização no país, os grupos de SOS Mulher foram criados com o movimento feminino debatendo-se em torno de duas vertentes: declarar a busca pelas questões políticas e sociais generalizadas ou enfrentar as questões mais problemáticas das mulheres. Segundo Pinto (2003), o SOS Mulher teve o primeiro contato direto com mulheres que sofreram violência e com isso, emergiram desafios.

Os debates e as ações do SOS Mulher foram cruciais para designar um importante campo reflexivo acerca da violência de Gênero e sobre as iniciativas pelo enfrentamento desse fenômeno. Em Valinhos, 1980, no II Congresso da Mulher Paulista foi instituída uma Comissão de Violência contra a Mulher, que passou a desenvolver debates sobre a problemática. Diversas razões como falta de organização e esteio, a restrição da organização e os princípios feministas, que eram opostas aos interesses das mulheres vítimas de violência, acarretou no fim do SOS Mulher (RIBEIRO, 2010).

Com o fim do SOS Mulher houve a necessidade de instituir redes de apoio, no intuito de alargar o entendimento e tratamento do fenômeno, também reiterar os serviços de atendimento especializados para estabelecer melhor auxílio e habilidade no cuidado ao combate da violência contra a mulher. Assim, os SOS Mulher foram sucedidos por centros de referências, abrigos e delegacias especializadas (RIBEIRO, 2010).

Conforme Ribeiro (2010), os eventos internacionais foram muito importantes para intervir no debate e nas políticas de enfrentamento ao fenômeno. Desde meados da década de 1970, a ONU produziu diversas conferências em diversos países sobre as mulheres. A Conferência de Viena, em 1993, foi responsável por classificar diversas formas de violência, conforme Azambuja e Nogueira (2008):

- 1) Violência praticada por outros membros da família (abrangendo as agressões físicas e psicológicas, as sevícias sexuais infligidas às crianças do sexo feminino, violação conjugal, mutilações genitais e outras práticas tradicionais, bem como exploração econômica);
- 2) Diversos tipos de violência ocorridos no contexto das comunidades locais (violação, intimidação sexual e intimidação no local de trabalho, ensino ou outras instituições, proxenetismo e prostituição forçada);
- 3) Violência perpetrada ou tolerada pelo próprio Estado (seja por negligência ou falta de respostas dos serviços institucionais) (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008, p. 104).

Com o término dos SOS Mulher, o surgimento dos centros de referência se tornou referencial tático na rede de combate à violência a mulher. Entretanto, na maioria dos casos, as intervenções eram reduzidas ao acolhimento e orientações devido à ausência de políticas públicas que disponibilizassem respostas capazes de atender às vítimas de violência.

As delegacias especiais perderam suas peculiaridades policiais, pois aderiram com o tempo, características com demandas psicossociais voltadas para mulheres. Eram realizados atendimentos focados na escuta, sem muita intervenção na realidade social que era apresentada pelas vítimas de violência. A insuficiência de infraestrutura limitava a intervenção correta nos casos que eram necessárias as intervenções de cunho policial, consideradas violências mais graves, ameaças, violência patrimonial...

A década de 1990, foi um período que contribuiu para elencar o debate sobre os direitos das mulheres no campo das políticas públicas brasileiras, pois teve como grande motivação a Conferência Mundial de Direitos Humanos, que ocorreu em Viena, no ano de 1993 (COIMBRA, 2011). Esse evento declarou que os direitos das mulheres são direitos humanos e a violência contra a mulher fere estes direitos.

No ano de 1994, foi firmado pelo Brasil, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e também no ano de 1996, a Convenção Interamericana de Belém do Pará para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, que teve participação do Comitê Latinoamericano de Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM).

De acordo com Coimbra (2011), em Pequim, no ano de 1995, foi realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. No mesmo ano no Brasil, foi criada a Lei 9.100/1995, que decretava 20% de vagas para as mulheres ao cargo de Vereadora, que posteriormente foi substituída pela Lei 9504/1997, que decretou a partir desse ano, a reserva de no mínimo 30% de vagas para Mulheres em partidos políticos ou coligações, conforme informado pelo sítio Gênero, Número, por Danusa Marques (2018).

No ano de 1998, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), promoveu a campanha “Os Direitos das Mulheres são direitos Humanos” para propagar os direitos humanos das mulheres.

Observamos que a década de 1990, parece ter sido a “década das mulheres”, pois grandes acontecimentos marcaram o debate sobre os direitos das mulheres e

contribuiu para alertar a sociedade sobre os problemas vivenciados por elas, os quais implicam na emergência de políticas públicas e sociais.

Esse capítulo buscou desvelar conceitos sobre a categoria gênero através de estudos de autores clássicos, como gênero foi tratado ao longo da história e suas principais influências sobre a sociedade. Trouxe importantes apontamentos sobre os feminismos, suas consolidações e intervenções políticas no cenário brasileiro.

A atuação de militantes tanto dos feminismos brancos quanto dos feminismos negros e os movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, escreveram a construção dos enfrentamentos sofridos ao longo da história para garantir direitos e inclusão social para as mulheres. Mas somente a partir da década de 1990, foram criados programas, legislações e serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Todos esses acontecimentos têm grande influência no Serviço Social, pois compreendemos que o fenômeno social da violência contra a mulher é um problema que está no cotidiano de vida das pessoas, podendo ser representado num ambiente interno (seio familiar, relações afetivas, por exemplo), como no ambiente externo (trabalho, local público, sem vínculo afetivo ou familiar). E o Serviço Social tem sua história engendrada à questão social, que segundo Iamamoto é objeto de intervenção profissional:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

Tratando-se da abordagem sobre a violência contra a mulher é indissociável a intervenção da categoria neste debate. O Serviço Social ao longo de sua trajetória histórica está enraizado na participação da defesa democrática dos direitos, da igualdade e equidade social. Não seria diferente no que diz respeito a este problema social, que desde os primórdios afeta a vida das mulheres em todas as classes sociais.

2 SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO: UMA REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ATRAVÉS DE ESTUDOS SOBRE OS RESUMOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1990

Corroborando com Lisboa e Pinheiro (2005) é de extrema relevância a interlocução do Serviço Social com a questão da violência contra a mulher, pois a violência de gênero é um fenômeno social que deve ser enfrentado através de intervenções sociais e estratégias políticas. Para a ONU (Organização das Nações Unidas – Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), a violência contra a mulher é considerada uma violação dos direitos humanos e como um grave problema de saúde pública, pois agrava a saúde da mulher (sofrimento psíquico, hipertensão, angústia, entre outros agravos), do mesmo jeito que esse fenômeno social é responsável por ser um dos principais retrocessos ao desenvolvimento nos países em que mais se observa a violência.

Refletindo sobre os princípios norteadores do Código de Ética dos (das) Assistentes Sociais, busca-se contribuições efetivas junto às mulheres em situação de violência, seja no âmbito interno (familiar, conjugal) seja no âmbito externo (trabalho, estudo e outros). No cotidiano de intervenções do Serviço Social, nas suas competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas são identificados diversos tipos de violências sofridas pelas mulheres (física, psicológica, institucional, patrimonial e outras).

Através dessa compreensão o Código de Ética Profissional da Assistente Social (Lei nº 8.662/1993), fundamenta os princípios norteadores da profissão: a liberdade, democracia, a defesa intransigente dos direitos humanos que direcionam o fazer profissional, conforme a realidade social que se apresenta.

O fazer profissional está elencado nos princípios que regem a profissão do/da Assistente Social (BRASIL, CFESS, 1993: 17):

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Desse modo, busca-se efetivar ações do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência, que se debruçam com as diversas metamorfoses da questão social, e exige intervenções capazes de garantir efetivamente a contemplação de direitos, tendo o (a) Assistente Social que responder à altura, com vigor, por se tratar do seu objeto de ação profissional, conforme Iamamoto (2011) descreve:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, as situações de violência contra a mulher [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 62).

Assim sendo, quando as transformações da questão social são vivenciadas pelas mulheres, podemos observar que estão relacionadas à negação e exclusão social, dependência financeira e dependência sentimental, talvez essa seja uma abertura para o (a) Assistente Social exercer suas habilidades e competência profissional.

Refletir sobre a violência contra a mulher, sendo uma das representações da questão social, torna-se algo muito intrincado, pois o enfrentamento do problema é complexo e de difícil resposta. Desse modo, o Serviço Social necessita estar engajado, propositivo atuando em projetos, programas, planos e todas as ações que possam frear essa expressão que viola o direito da mulher de viver, ter autonomia e ser cidadã.

Para tanto, é necessário refletir sobre a articulação entre o Serviço Social e o pensamento feminista que tem sido fundamental na produção de visões de mundo e de relações livres da violência contra as mulheres.

2.1 Serviço Social, marxismo e feminismos

Segundo Veloso (2000), a categoria analítica gênero é bastante promissora no campo do Serviço Social, pois essa profissão tem uma forte orientação teórica marxista, além de ser em sua grande maioria, uma profissão feminina, que também

atende em seu cotidiano majoritariamente mulheres. Portanto, a inclusão do debate de gênero é de grande relevância nessa área. Mas é importante refletir como o marxismo tem digerido o debate de gênero e feminismos na categoria profissional.

É notório quando refletimos sobre diversos textos escritos pela categoria, principalmente nos eventos de Serviço Social, assim como nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) da década de 1990, que foram estudados nessa dissertação. Observamos que o debate de gênero e feminismos ainda não atingiram atenção equilibrada com os demais temas que tradicionalmente eram apresentados como centrais nesses eventos. A citação de Lole, Almeida e Freitas (2016) clarifica melhor essa discussão:

A adesão a uma visão marxista para desvelamento das contradições contribui para uma atuação profissional que é permeada de conflitos e contradições. Porém, a rigidez de um modelo único e impermeável foi o grande impasse na conturbada relação entre feminismo e marxismo, o que, de certa maneira, influenciará a profissão (FREITAS et al., 2016, p. 05).

O Serviço Social é caracterizado como uma profissão feminina, que atua no cerne das relações sociais, mas ainda apresenta subalternidade com relação a outras áreas do saber. Souza (2014) evidencia que essa subalternidade está relacionada ao entendimento das relações de gênero como algo natural, mas deixa evidente que o gênero e a divisão sexual do trabalho são determinantes para moldar essa característica de feminização da profissão.

Iamamoto (1998) declara que a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista foi no denominado “movimento de reconceituação” do Serviço Social, que foi um divisor decisivo no processo de revisão crítica da profissão na América Latina. Desse modo, ainda na década de 1970, a inspiração marxista emplacou no cenário de discussões no âmbito profissional, gerando marco divisório com suas produções anteriores. Entretanto, conforme Iamamoto:

Apreciando os caminhos teóricos que moldaram o acercamento da reconceituação aos múltiplos ‘marxismos’, constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em outras palavras: foi a aproximação a um marxismo sem Marx. O resultado, foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma ‘invasão, às ocultas, do positivismo no discurso marxista do Serviço Social’. Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário e contra a qual se insurgia no movimento de reconceituação (IAMAMOTO, 1998, p. 211).

No Brasil, o Serviço Social estava passando por um processo que se transformou no surgimento de uma maturidade acadêmica e profissional que contribuiu para a abordagem de questões pertinentes à realidade social. Iamamoto traz uma nova perspectiva que identificou como pilares do novo perfil da categoria profissional:

O aprofundamento da expansão monopolista, com as alterações que provocou no processo de produção (desenvolvendo-o tecnologicamente e alterando os processos de trabalho), na reorganização do aparelho de Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade), criou as condições históricas que tornaram possível a gestação, no interior do período ditatorial, dos pilares do novo perfil da categoria profissional. Consolida-se um mercado efetivamente nacional para os Assistentes Sociais, amplia-se o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino públicas e privadas. Realiza-se a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Instala-se a pós-graduação 'stricto sensu' nesta área profissional, criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente. Renovam-se e qualificam-se os quadros docentes [...] Expande-se a interlocução do Serviço Social com as ciências afins, galgando progressivamente, apesar de inúmeras dificuldades, a condição de parceiro válido no diálogo acadêmico mais tarde reconhecido pelas entidades oficiais de fomento científico (IAMAMOTO, 1998, p. 216).

Iamamoto considera que a inserção do Serviço Social brasileiro na tradição marxista contribuiu para diversos avanços, de acordo com temas presentes no debate a partir da década de 1980 (IAMAMOTO, 1998, p. 236).

É nessa junção entre o Serviço Social, a tradição marxista com a inquietação com a natureza e orientação da sociedade capitalista como sentido de totalidade, que a produção profissional no sentido tradicional marxista é fecundada. Desse modo, o Serviço Social é o seu próprio objeto de estudos nos anos de 1980.

Lisboa (2010, p. 68) aponta que as teorias feministas e estudos sobre gênero consolidam uma contribuição teórico-metodológico importante para o Serviço Social, já que emergem para confrontar todos os meios de dominação, evidenciar novos espaços de conflitos sociais.

Para ela, os estudos de gênero proporcionam uma reflexão sobre diferentes formas de analisar o contexto histórico e como se originaram as diferenças sociais. Emerge um pensamento mais flexível capaz de compreender o cotidiano de vida das pessoas que são atendidas em diversos espaços socio-ocupacionais.

Os estudos de gênero tem avançado significativamente e contemporaneamente existem estudos que consolidam um elo das relações de gênero com as relações de classe, ou seja, não é o gênero, ao invés da classe, que

proporciona direção para desvelar o lado escondido das relações sociais. É na análise de gênero com a de classe, entre tantas outras categorias de diferença e desigualdade social, que se encontram os melhores aportes para esse estudo, como trabalhado no capítulo 1.

Considerando a relevância dos estudos de gênero no Serviço Social, particularmente do fenômeno da violência de gênero, é que buscamos identificar na produção profissional de que modo essa discussão comparece nas abordagens do Serviço Social.

Do ponto de vista metodológico, elencar subsídios para a realização dessa pesquisa foi muito trabalhoso, um processo difícil e com muitas limitações. A limitação de acesso aos cadernos de teses ou de comunicações dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) foi uma das maiores dificuldades enfrentadas para construir a pesquisa. Por outro lado, proporcionou conhecimento, descobertas e aprendizado no que diz respeito ao debate de gênero, violência de gênero e feminismos no interior acadêmico e profissional do Serviço Social. Por esse motivo também, não incluímos na pesquisa o Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS) pois além da dificuldade de acesso aos Anais, o ENPESS tem uma história mais recente que o CBAS.

O CBAS é um evento que mobiliza enormemente a categoria profissional, sendo um encontro de grande porte realizado no intervalo trianual em diferentes partes do Brasil. Ao longo do tempo, notam-se mudanças na organização do evento e na publicação dos Anais.

Uma das dificuldades encontradas na pesquisa dos CBAS dos anos 1990 foi a ausência de informações mais concisas em vários resumos apresentados, relacionadas à filiação institucional das/das autoras/es, referências bibliográficas e outros dados mais gerais do evento, como número de participantes. Mas essa complexidade trouxe, ao mesmo tempo, entusiasmo para lidar com as dificuldades e seguir pesquisando com o objetivo de contribuir com os debates da categoria sobre o tema proposto.

Corroboramos com Ferreira (2002) ao declarar que o que move os pesquisadores é a falta de aprofundamento sobre a totalidade dos estudos e pesquisas que apresentam características tanto quantitativa quanto qualitativa.

A pesquisa foi delineada sob a abordagem quantitativa, quando enumeramos a quantidade de resumos dos CBAS ao longo dos anos e de acordo com eixos

temáticos, mas de uma forma geral buscou uma análise qualitativa, pois buscou a análise dos conteúdos apresentados nos trabalhos.

Mas para pesquisar os resumos dos cadernos de teses ou comunicações dos CBAS da década de 1990, foi utilizada a técnica de pesquisa denominada o “Estado da Arte”, que segundo Ferreira (2002) tem por característica um estudo bibliográfico, que busca mapear e discutir sobre uma determinada produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento, no nosso caso num mesmo campo disciplinar.

Para a construção dessa dissertação foram utilizados livros, revistas, anais, resumos, reportagens, sítios eletrônicos, trabalhos acadêmicos, na busca por melhor alcançar os objetivos apresentados.

O processo de coleta de dados foi dividido em duas partes: a busca por referência bibliográfica para elencar o debate de gênero, feminismos, violência de gênero contra a mulher e Serviço Social. A segunda parte foi centrada em pesquisar os cadernos de teses ou comunicações dos três CBAS ocorridos na década de 1990 (1992, 1995 e 1998).

No período de leitura dos resumos, não foi possível incluir vários documentos, pois não focavam no debate sobre violência de gênero contra a mulher, embora apresentassem importantes discussões sobre outros temas como saúde, educação, previdência social, gênero entre outros. A seguir apresentaremos os resultados da pesquisa.

2.1 7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

O 7º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorreu no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, no período de 25 a 28 de maio de 1992. O tema central do evento foi “Serviço Social e os desafios da “modernidade”: os projetos sócio-políticos em confronto na sociedade contemporânea”. Foi promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE).

O evento teve um total de 93 trabalhos apresentados. No 7º CBAS, o livro que caracteriza os resumos foi denominado “Caderno de Teses”. Percebemos no livro

ausência de importantes informações do tipo: se as autoras estão vinculadas a alguma instituição ou universidade, ou mesma alguma informação, mesmo que sucinta, sobre as autoras. A única informação dada é relativa a qual estado pertencem. Os trabalhos estão divididos em 06 eixos temáticos, sendo que o primeiro – “Serviço Social e Seguridade Social” – está subdividido em 03 subtemas. Abaixo está o quadro quantitativa sobre o evento:

Quadro 1 – Número de artigos apresentados no 7º CBAS – Segundo Eixo Temático

7º CBAS		
EIXOS	TEMAS	Nº DE ARTIGOS
Serviço social e seguridade social	Subtema: assistência social pública e privada	16
	Subtema: previdência social	01
	Subtema: saúde pública	12
Serviço social e formação profissional	–	17
Serviço social e ética	–	06
A atuação do serviço social junto à mulher e à família	–	08
O serviço social e o movimento dos trabalhadores na sociedade civil	–	21
A questão da criança e do adolescente	–	11

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Podemos observar que o tema “Serviço Social e Seguridade Social”, com um total de 29 artigos apresentados, destacou-se dos demais temas abordados, seguido do tema “O Serviço Social e o movimento dos trabalhadores na sociedade civil”, com 21 trabalhos. Juntos esses dois eixos reuniram mais da metade das discussões levadas pelos participantes para o evento.

Vale registrar que no 7º CBAS não apareceu o eixo relacionado à categoria gênero, identificando-se o eixo “A atuação do Serviço Social junto à mulher e a família”, indicando o tratamento temático pela perspectiva dos estudos de mulher. Foi, portanto, nesse eixo que buscamos trabalhos que abordassem a temática da violência contra a mulher. No quadro abaixo delimitamos os artigos apresentados no eixo temático:

Quadro 2 – Número de artigos apresentados no 7º CBAS no eixo temático “A atuação do Serviço Social junto à mulher e à família”

7º CBAS		
EIXO TEMÁTICO - A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À MULHER E A FAMÍLIA		
NÚMERO	AUTOR (A)	TÍTULO
01	Walkíria G. C. Bizzo – SP	Encontros e desencontros de famílias de baixa renda
02	Denise Duarte Bruno – RS	Classe e gênero como conceitos analíticos
03	Heleieth I. B. Saffiotti – RJ, Marlise Vinagre Silva – RJ, Maria Elena Caçado – RJ, Suely Souza De Almeida – RJ	Vídeo educativo: estratégia para uma intervenção político- científica com mulheres vítimas de violência
04	Maria Ângela Figueiredo Queiróz – SP, Maria De Fátima Klanebai Costa – SP E Maria José Lucas – SP	Mulher mãe na instituição creche
05	Dalva Rossi – SP	Doação de um filho na adolescência somente para uma problemática social?
06	Susanne Bial – RJ	Serviço social atuando na prevenção toxicomaniaca junto à família
07	Akemi Murayama – SP, Cláudia Sampaio do Nascimento – SP, Ermelinda Maria Bueno – SP e Lúcia De Lourdes Ferreira - SP	Esterilização feminina: um direito da mulher
08	Ana Cristina Belízia Schlithler – SP, Conceição Aparecida Z. P. Pedroso – SP, Dalva Azevedo Gueiros – SP e Lúcia Dos Santos Silva – SP	Família clássica x família do futuro: como o assistente social enfrenta este dilema

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Dos 08 artigos apresentados, 05 são de São Paulo, 03 do Rio de Janeiro e 01 do Rio Grande do Sul. Uma concentração, portanto, nos estados sudeste/sul do país. Vale destacar que o nome do eixo indicava uma articulação do debate das mulheres com o contexto da família, o que restringe a discussão ao ponto de vista doméstico. Por outro, lado apesar do uso do termo mulher, observa-se pelos títulos que um artigo indicava a categoria gênero em seu estudo, e outro abordava a discussão sobre esse prisma, ainda que no título não indicasse o termo gênero.

A partir dessa observação geral do eixo temático, podemos perceber, assim como em todo o caderno de teses, que não há descrição sobre a filiação institucional das autoras dos resumos.

Assim podemos observar que dentre os 08 resumos apresentados no quadro anterior, apenas 02 abordam sobre violência de gênero nesse detalhamento, 01 especificamente a violência contra a mulher.

O primeiro artigo “**Encontros e desencontros de família de baixa renda**”, da autora Walkíria G. C. Bizzo, nos chamou atenção, pois a autora ao longo do resumo fala de violência familiar, mas não delimita diretamente os membros que sofrem violência, se é o homem, a mulher, filhos ou outros sujeitos que constituem a família.

Retrata as dificuldades de comunicação que a família de baixa renda sofre como as de caráter financeiro, de manutenção de modo geral, da necessidade dos sujeitos que compõem o seio familiar, mas a questão da violência contra a mulher não ficou clara, pois não identifica se é violência estrutural ou entre a composição familiar.

O terceiro resumo, **“Vídeo educativo: estratégia para uma intervenção político-científica com mulheres vítimas de violência”** é o ponto chave de nossa pesquisa, quando trata diretamente o tema da violência contra a mulher. Além de clarificar a urgência sobre o debate, baseando-se no cotidiano de vida das mulheres, na divisão sexual do trabalho, no machismo impregnado na sociedade brasileira, as autoras descrevem sobre os tipos mais comuns de violência. Também chamou atenção a afirmação de que a violência se manifesta de um modo geral, no seio familiar, nas camadas sociais mais empobrecidas e em mulheres negras. Chamam a atenção para a importância da discussão sobre violência de gênero, raça/etnia e classe social.

As autoras “contextualizam a violência entre as categorias de gênero” (1992, p.119). Descrevem que a reprodução das desigualdades de gênero está enraizada nas relações de gênero através da educação diferenciada, indústria de artigos infantis, meios de comunicação de massa, cultura, literatura...Citam a autora Joan Scott, quando falam sobre os conceitos de gênero e relações de poder, sendo essa manifestação de poder explícita ou simbólica.

O vídeo tem uma proposta educativa, no que descrevem as autoras, sob a intervenção de Assistentes Sociais na perspectiva feminista, na busca pela desconstrução da imagem da mulher tratada como objeto, a coisificação da mulher. Apresentam o que impulsionou as autoras a realizar o vídeo educativo, que foi idealizado a partir de uma disciplina de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que também construiu um vídeo educativo para ser apresentado para as mulheres visando um debate sobre a violência ocorrida no interior da família, e para os profissionais que atuavam nos espaços de atendimento como as Delegacias Especializadas e Distritais. Buscavam alcançar professoras de ensino primário (4ª série), as quais as autoras chamaram de agentes multiplicadoras, sendo 100% do sexo feminino, mães e provavelmente provedoras de suas famílias.

Finalizam relatando a importância de o Serviço Social rever os estudos de gênero, raça/etnia e classe social, diante do cotidiano prático de intervenção com mulheres vítimas de violência. Assim, buscando desconstruir a divisão razão/emoção diante da “racionalidade burocrática” (SCOTT, 1992, p. 121).

Fica explícito nesse resumo uma articulação com o debate feminista e de gênero, lembrando que apesar de não aparecer a filiação institucional das autoras sabemos que se tratam de professoras da Escola de Serviço Social da UFRJ e, especificamente, a professora Heleieth Saffiotti, socióloga, uma referência nos estudos feministas, à época professora visitante na ESS/UFRJ.

Com relação ao referencial teórico utilizado nos dois trabalhos, apresentamos no quadro abaixo para melhor visualização:

Quadro 3 – Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero apresentados no 7º CBAS

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
<p>ENCONTROS E DESENCONTROS DE FAMÍLIA DE BAIXA RENDA</p>	<p>ANDOLFI. Maurizio. “Terapia Família”. Ed. Vega-Lisboa, 1981. BATESON, Gregory. “Mente e Natureza”. Ed. Francisco Alves, RJ, 1986. BUBER, Martin. “Eu e Tu”. Editora Cortez e Moraes, 1977. CHIAVEGATO. José Augusto. “Homem Hoje”. Editora Cortez e Moraes, 1979. DESIDÉRIO. Angelografia M. “Encontros, desencontros e reencontros família. Ed. Paulinas, São Paulo, 1987. FROMM. Erich. “o coração do homem”. Ed. Zahar, 1981. LAING. Ronald David. “A política da família”. Ed. Vozes. MAY. Rollo. “O homem à procura de si mesmo”. Ed. Vozes, 1973. MINUCHIN. Salvador. “Famílias, funcionamento e tratamento”. Ed. Artes Médicas, 1988. MINUCHIN. Salvador. Families of the slum; an exploration of their struture and treatment”, New York, Basic Books, 1967. SAMPAIO. Daniel e CARNEIRO. José. “Terapia Familiar”. Ed. Afrontamento, 1985. SATIR. Virginia,” Terapia do grupo familiar”. Ed. Francisco Alves, 1980. SILVA. Wilma. “Afetividade e violência na família favelada: enfoque sócio-histórico. Dissertação de mestrado, PUC-SP. 1990.</p>
<p>VÍDEO EDUCATIVO: ESTRATÉGIA PARA UMA INTERVENÇÃO POLÍCIO-CIENTÍFICA COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA</p>	<p>AFONSO. Lucia. Smigay, KARIN Von. “Enigma Do Feminino, Estigma Das Mulheres”. In: COSTA. Albertina De O. & BRUSCHINI. Cristina. Rebeldia e Submissão. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989. CHAUÍ. Marilena. “Participando do debate sobre Mulher e Violência”. In: Perspectivas Antropológicas Da Mulher Nº 04, Rio De Janeiro, Zahar, 1985. SAFFIOTI. Heleieth. I. B. Relações de Gênero: Violência Masculina Contra a Mulher. In: RIBEIRO. H. Mulher e Dignidade: Dos mitos à libertação. São Paulo: Paulinas, 1989. SAFFIOTI. Heleieth. I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987. SCOTT. Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria útil de análise histórica. Educação E Realidade, Porto Alegre, N. 2, P. 5-22, Jul.Dez. 1990.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Observamos no quadro acima que o primeiro trabalho apresenta um referencial teórico que não articula o debate dos estudos de mulheres/gênero em perspectiva feminista, pois os autores utilizados se referem ao campo da abordagem da terapia de família. O segundo trabalho, por sua vez, apresenta o debate no

campo feminista utilizando autores clássicos na discussão de gênero e violência de gênero no período.

No 7º CBAS encontramos uma situação em que os estudos de mulher/gênero, de acordo com a organização do evento, estavam diluídos no campo da família demonstrando uma compreensão do debate circunscrita a questões do âmbito doméstico e privado.

2.3 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Esse evento ocorreu no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no período de 02 a 06 de julho de 1995. Seu tema central foi “O Serviço Social frente ao Projeto Neoliberal: em Defesa das Políticas Públicas e da Democracia”. Foi promovido e realizado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O evento teve um total de 205 trabalhos apresentados, organizados em 10 eixos, sendo que o primeiro eixo foi estruturado com três subtemas.

A quadro abaixo exemplifica melhor a descrição da organização temática e quantitativa das produções acadêmicas apresentadas no evento:

Quadro 4 – Número de artigos apresentados no 8º CBAS – Segundo eixo temático

8º CBAS		
EIXOS	TEMAS	Nº DE ARTIGOS
Serviço Social na Perspectiva Da Seguridade Social	Subtema: Assistência Social Pública e Privada	15
	Subtema: Saúde Pública E Privada	44
	Subtema: Previdência Social Pública E Privada	06
Educação, infância e juventude	–	32
O serviço social na esfera das relações de trabalho	–	18
Formação profissional do assistente social	–	19
O serviço social frente as relações de gênero e etnia	–	14
Dimensão ética da prática do assistente social	–	5
Serviço social junto à política de habitação e saneamento	–	5
Movimentos sociais, urbanos e rurais na atualidade	–	17
A prática do assistente social junto à população idosa	–	9
Desafios teóricos- políticos do serviço social frente ao neoliberalismo	–	12

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Observamos uma grande incidência de trabalhos apresentados no eixo “Serviço Social na Perspectiva da Seguridade Social”, que somando-se os três subtemas, chegou ao quantitativo de 65 trabalhos, representando 31,7% do total de apresentações. Outro eixo que se destacou foi “Educação, Infância e Juventude”, com 32 trabalhos, representando 15,6% do total.

Acreditamos que a predominância dos temas da Seguridade Social e da Educação, Infância e Juventude tenham relação com o fato de a década de 1990, ter se caracterizado pela elaboração de um conjunto de Políticas Públicas, rede de serviços e legislações voltadas para essas áreas, o que certamente mobilizou a categoria profissional em seus postos de trabalho.

Tendo em vista o objetivo desse estudo que foi analisar a produção teórica de Assistentes Sociais sobre a temática da violência contra a mulher. Realizamos uma síntese sobre o quinto eixo temático “O Serviço Social frente as Relações de Gênero e Etnia” e na sequência nos deteremos nos trabalhos que trataram da temática da violência.

Quadro 5 – Número de artigos apresentados no 8º CBAS no eixo “O Serviço Social frente às relações de gênero e etnia”

8º CBAS – EIXO TEMÁTICO O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO E ETNIA		
NÚMERO	AUTOR (A)/INSTITUIÇÃO	TÍTULO
01	Marlise Vinagre Da Silva Professora E Pesquisadora Ess- Ufrj, E Doutoranda Em Ciências Sociais Puc-Sp	Serviço social, gênero e etnicidade: tecendo as primeiras proximidades
02	Dayse De Paula Marques Da Silva (Não Informado)	Relações de gênero no campo profissional e práticas públicas
03	Rita De Cassia Santos Freitas Professora Assistente Da Ess-Uff, Mestre Em Serviço Social, Doutoranda No Ppgss – Ufrj	Serviço social e gênero: um diálogo necessário
04	VITÓRIA GEHTLEN Phd DEVELOPMENT PLANNING UNIT UNIVERSITY COLLEGE LONDON, LONDON UNIVERSITY, MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL - UFPE	Gênero na formação profissional: um momento de reflexão
05	Zélia Maria Pereira Professora Do Departamento De Serviço Social - Ufpe	Relações de gênero e poder local: a estratégia de ação dos movimentos sociais face às necessidades das mulheres
06	Denise Duarte Bruno Assistente Social (Não Informado)	Gênero e família na construção da cidadania: uma discussão necessária

8º CBAS – EIXO TEMÁTICO O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO E ETNIA		
NÚMERO	AUTOR (A)/INSTITUIÇÃO	TÍTULO
07	Israild Giacometti Chinali Assistente Social, Professora Do Departamento De Serviço Social Da Faculdade De História, Direito E Serviço Social – Unesp, Franca. Doutoranda Em Serviço Social – Puc-Sp	Trabalho a domicilio e organização sindical
08	Elisabete Aparecida Pinto Assistente Social, Mestre Em Ciências Sociais Aplicadas À Educação – Unicamp SP	Serviço social e a questão étnica/ racial
09	Rosineide Meira Cordeiro Mestranda em Serviço Social - UFPE e Professora Pesquisadora do Departamento De Serviço Social – UFRN	As ambivalências das mulheres e a violência de gênero
10	Ana Maria Vasconcelos Melo, Maria Helena Santana Cruz, Amy Adelina Coutinho de Faria Alves Professoras Projetos De Estudos Interdisciplinares Sobre A Mulher e Relações De Gênero, Núcleo De Pós-Graduação e Pesquisa Em Ciências Sociais. Departamento de Serviço Social - UFPE	A mulher no sistema penitenciário em sergipe: o imaginário na construção da identidade
11	Selma Suely L Machado Assistente Social (Não Informado)	Serviço social e as representações de gênero: reflexões preliminares sobre a prática na delegacia de mulheres
12	Glauca Helena Araújo Russo Graduação - Urrn	Em cena: o travesti de mossoró
13	Rosana Mirales Assistente Social (Não Informado)	Evidências de um território negro no vale da ribeira, são paulo
14	Maria Margarida De Carvalho Rego Professora da UCSAL, ABPPG e CPS	Grupos de casais e de famílias: uma experiência a nível profilático

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Identificamos que dos 14 trabalhos do eixo que congrega temáticas do campo de gênero e raça-etnia, 09 são oriundos da academia, seja na condição de autoras professoras seja de alunas de pós-graduação. Vale mencionar que um dos trabalhos cuja filiação institucional da autora não foi informada sabemos que se trata de professora da UERJ, elevando, portanto, esse número para 10. Dos 04 artigos restantes, 03 são de Assistentes Sociais e 01 de graduanda. Há, desse modo, uma predominância da produção oriunda dos meios universitários.

Do ponto de vista regional, 03 são do Rio de Janeiro, 03 de Pernambuco, 03 de São Paulo, 02 do Rio Grande do Norte, 01 de Salvador, 01 de Segipe e 01 de Belém. Há uma concentração de trabalhos na região sudeste e nordeste do país.

Observamos que dos 14 artigos apresentados no eixo temático “O Serviço Social frente as relações de gênero e etnia”, 02 abordavam a questão da violência

contra a mulher, que passaremos a tratar mais detidamente segundo os seguintes eixos de análise: estudos de gênero/mulheres, natureza do estudo (teórico/sistematização profissional) e autores utilizados.

O primeiro artigo de Rosineide Meira Cordeiro, sob o título “**As ambivalências das mulheres e a violência de Gênero**” trata o comportamento de mulheres vítimas de violência. Através desse estudo a autora relata observações sobre os sentimentos das vítimas e suas inseguranças.

Faz um levantamento sobre os estudos de gênero, feminismo, o cotidiano de vida das mulheres no público e privado. Como lidam com a questão da violência, sejam quais forem os tipos de relacionamentos afetivos.

O artigo está relacionado com o campo de atuação profissional da autora, embora ela não tenha caracterizado se o levantamento sobre o artigo foi realizado em projetos de pesquisa ou outros que tenham vínculos diretos com sua prática profissional, mas caracterizou que a pesquisa foi realizada com um grupo de 18 mulheres, moradoras do município de Abreu e Lima, região metropolitana de Recife. Identificou que 13 mulheres foram entrevistadas no círculo de pesquisa e 05 foram entrevistadas fora do círculo de pesquisa, pois pertenciam a movimentos populares do Conjunto Caetés I (não descreveu o que seria o conjunto).

Foi utilizada como metodologia para a pesquisa a entrevista com mulheres em situação de violência e o roteiro de perguntas abordava questões como diferenças entre homem e mulher (biológico e cultural), relacionamento amoroso e sexual entre os sexos, realidade social familiar, trabalho doméstico e profissional, violência de gênero e participação em movimentos sociais que tratem o fenômeno. Para Cordeiro, a pesquisa realizada buscou também incentivar reflexão e partilhar as vivências junto às entrevistadas.

O segundo artigo foi apresentado por Selma Suely L. Machado, sob o título “**O Serviço Social e as representações de gênero, reflexões preliminares sobre a prática na Delegacia de Mulheres**”. A autora propõe uma reflexão sobre esse “novo campo” de atuação da Segurança Pública, que eram chamadas de Delegacias de Mulheres. Relata que esse novo espaço sócio ocupacional inclui o Serviço Social, que contribui para o enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher.

Desse modo, sendo este campo um desafio para o Serviço Social na sua ação profissional. Ao longo do resumo, Machado descreve que o Estado “se

aproveitou” das demandas trazidas pelos movimentos sociais, se apropriando e incluindo-as nas políticas públicas, embora a autora destaque que não houve integralidade de ações voltadas para a intervenção. Descreve que a Delegacia de Belém funcionava sob regime de plantão diurno, depois das 19h00min, o atendimento era assumido pela equipe policial.

O que não se configurava como delito era encaminhado para o Serviço Social, como encaminhamentos para a rede socioassistencial, questões de foro familiar, abordagem de outros segmentos relacionados à família colateral... Trouxe questões enfrentadas pelo Serviço Social como identificar, caracterizar a vítima, compreender o contexto que a levou até a Delegacia, já que seria inviável identificar essas questões num primeiro contato.

Relatou que a equipe também se reunia para discussão de casos envolvendo legislação civil e criminal, Lei Orgânica da Assistência, Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações que abordavam as demandas. O Serviço Social também atuava junto à comunidade, levando a temática da violência às escolas, empresas, organizações e campo acadêmico.

Para a autora, uma das experiências mais relevantes, foi a oportunidade que o Serviço Social tinha de intervir na realidade dos sujeitos e suas relações. Declara que as Delegacias ainda são espaços que necessitam de muitas intervenções, melhorias, investimento na capacitação profissional. Mas reitera que é na abordagem socioeducativa que se tem uma experiência enriquecedora profissional.

Observamos que as autoras que debatem o tema violência contra a mulher são assistentes sociais com vínculo na universidade, pois a outra que informou apenas que era profissional, Rosineide Meira Cordeiro declarou que, naquele período era mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Com relação à abordagem teórica e conceitual, ambas utilizam a categoria gênero em seus artigos. A seguir apresentamos as referências teóricas utilizadas pelas autoras.

Quadro 6 – Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero apresentados no 8º CBAS

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
<p style="text-align: center;">AS AMBIVALÊNCIAS DAS MULHERES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO</p>	<p>ANYON. Jean. “Intersecções de Gênero e Classe: Acomodação e resistência de mulheres e meninas, as ideologias dos papéis, Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, editora Cortez, 1990.</p> <p>ABRIN. J. C.” L’organization interne des représentations sociales: système central e système périphérique”, in Textes de base em sciences sociales: Structures et transformations des représentations sociales, Paris, Delachaux et Nistle, 1994.</p> <p>GREGORI. Filomena. “Cenas e Queixas”, São Paulo, editora Paz e Terra, Anpocs, 1993.</p> <p>JODELET. Denise “La representacion social: fenómenos, concepto y teoria”, in Moscovici, Serge, Psicologia Social, Buenos Aires, Paidos, 1986.</p> <p>LOBO. Elisabete “A classe operária tem dois sexos”, São Paulo, editora Brasiliense, 1991.</p> <p>MOSCOVICI. Serge “A representação social da Psicanálise”, Rio de Janeiro, editora Zahar, 1978.</p> <p>OLIVEIRA. Maria Coleta “Algumas notas sobre o “ciclo vital” como perspectiva de análise”, Anais do II encontro ABEP, São Paulo (sem data).</p> <p>SAFFIOTTI. Heleith. (1994) “Mulher brasileira é assim”, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, UNICEF, 1994.</p> <p>SCOTT. Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, Recife, SOS Corpo, 1991.</p>
<p style="text-align: center;">AS AMBIVALÊNCIAS DAS MULHERES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO</p>	<p>ANYON. Jean. “Intersecções de Gênero e Classe: Acomodação e resistência de mulheres e meninas, as ideologias dos papéis, Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, editora Cortez, 1990.</p> <p>ABRIN. J. C.” L’organization interne des représentations sociales: système central e système périphérique”, in Textes de base em sciences sociales: Structures et transformations des représentations sociales, Paris, Delachaux et Nistle, 1994.</p> <p>GREGORI. Filomena. “Cenas e Queixas”, São Paulo, editora Paz e Terra, Anpocs, 1993.</p> <p>JODELET. Denise “La representacion social: fenómenos, concepto y teoria”, in Moscovici, Serge, Psicologia Social, Buenos Aires, Paidos, 1986.</p> <p>LOBO. Elisabete “A classe operária tem dois sexos”, São Paulo, editora Brasiliense, 1991.</p> <p>MOSCOVICI. Serge “A representação social da Psicanálise”, Rio de Janeiro, editora Zahar, 1978.</p> <p>OLIVEIRA. Maria Coleta “Algumas notas sobre o “ciclo vital” como perspectiva de análise”, Anais do II encontro ABEP, São Paulo (sem data).</p> <p>SAFFIOTTI. Heleith. (1994) “Mulher brasileira é assim”, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, UNICEF, 1994.</p> <p>SCOTT. Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, Recife, SOS Corpo, 1991.</p>
<p style="text-align: center;">O SERVIÇO SOCIAL E AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO, REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A PRÁTICA NA DELEGACIA DE MULHERES</p>	<p>DENHABIBI. S.e CORNELL.B. “Feminismo como crítica da modernidade”, Rio de Janeiro, editora Rosa dos Ventos, 1987.</p> <p>LIMA. N. R. B. “Movimento de mulheres: um delineamento das tendências ideológicas”, CEAS, nº 121, Salvador, 1985.</p> <p>OLIVEIRA. N. M^a. “Corpo Masculino, Corpo Feminino. Suporte simbólico das relações desiguais entre os gêneros, Salvador, NEIM-UFBA, 1994. Projeto (não informado autores) Implantação do Setor de Assistência na Divisão de Crimes Contra a Integridade da Mulher, Belém, 1988.</p> <p>SAFFIOTTI. H. J. B. “Reminiscência, releituras, reconstruções”, Revista Estudos Feministas, CIEC, ECO, UFRJ, nº 01, Rio de Janeiro, 1992. Coordenação “Projeto Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade”; NIPAS, UFRJ, 1994.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Diante da bibliografia apresentada por Cordeiro (1995) e Machado (1995), podemos observar que ambas trabalham com o conceito de gênero, uma utiliza o texto central para esse debate de Joan Scott enquanto a outra se vale de artigos de autoras feministas articuladas a esse debate.

Na referência bibliográfica do primeiro artigo aparecem referenciais da teoria das representações sociais, indicando que essa foi a base para a análise da autora sobre as entrevistas realizadas. No segundo artigo, verifica-se a aproximação de estudos sobre projetos de intervenção em violência contra a mulher, e também referenciais teóricos de autoras do Serviço Social como Marlise Vinagre e Marilda Iamamoto. Os textos de Heleith Saffioti foram utilizados por ambas as autoras.

A leitura do caderno de comunicações do 8º CBAS permitiu observar como foi debatida a questão da violência contra a mulher naquele evento. Como se trata de resumos, a metodologia de alguns resumos não pode ser bem elucidada. Uma questão que consideramos importante e que chamou a atenção foi a falta de detalhamento sobre o evento, como por exemplo, o histórico do CBAS.

Essas são informações de grande relevância para os estudos e no sítio oficial não há informações satisfatórias que possam subsidiar a pesquisa. De todo modo, verificamos que a produção apresentada pelas participantes no 8º CBAS sobre o tema da violência contra a mulher reduziu-se a dois trabalhos, articulados a experiências de pesquisa e profissional, e utilizavam em seus arcabouços teóricos a perspectiva dos estudos de gênero.

2.4 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

O 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é o último da década de 1990, ocorreu em Goiânia, de 20 a 24 de julho de 1998. O evento apresentou características peculiares com relação à organização dos dois anteriores. Dos três eventos, apenas esse último teve uma exposição dos objetivos do Congresso.

A apresentação, que foi escrita pela comissão organizadora e técnica, declarou que esse evento era de grande relevância, pois apresentava um “caráter político em face da crise sócio-econômica, imposta pelo projeto neoliberal” (1998, p. 01). Relatou que devido a esse colapso, o Assistente Social, assim como os demais trabalhadores, teve seu cotidiano de vida desestruturado, pois é um

trabalhador assalariado, mas também comprometido com a garantia dos direitos sociais. Desse modo, o 9º CBAS, segundo a comissão organizadora e técnica, foi um evento que possibilitou reflexões sobre os caminhos trilhados pelo projeto ético-político profissional, contribuindo para uma construção de “uma pauta programática nos próximos anos” (1998, p. 01).

Um detalhe que chamou atenção da organização do evento foi o envolvimento de estudantes e profissionais de Serviço Social, pois teve um total de 422 trabalhos, que foram avaliados com grande qualidade. O caderno de comunicações trouxe a seguinte organização, 02 blocos: O primeiro bloco apresentou os eixos temáticos Seguridade, Assistência e Previdência Social; Seguridade e Saúde; Família e Sociedade; Educação, Criança e Adolescente; Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência; Questão Urbana e Meio Ambiente e Questão Agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente, que segundo a organização do evento, trouxe “reflexões e proposições sobre as políticas sociais” (1998, p. 01).

O segundo bloco apresentou os eixos temáticos Relações de Trabalho e Serviço Social; Formação Profissional; Ética, Política e Direitos Humanos; Etnia e Gênero, e Serviço Social Rumo ao Século XXI, assim possibilitando o debate sobre mediações cruciais à decifração do ser social e à realização do trabalho profissional (1998, p. 1).

Segundo a organização do evento, o primeiro caderno de comunicações apresentou as comunicações orais, de cunho mais teórico e reflexivo e terminaram relatando experiências significativas com proporções críticas sobre a prática. No segundo caderno de comunicações foi garantida a apresentação de posters, a comissão organizadora e técnica do evento expressou grande satisfação com as contribuições do congresso e desejou que o Serviço Social esteja preparado para lidar com os desafios presentes e vindouros e que mantenha o compromisso ético, político e social.

Como o 9º CBAS apresentou uma organização diferenciada dos dois congressos anteriores, dividindo em blocos, serão apresentadas duas quadros que caracterizarão cada bloco de forma geral e os temas dos posters no final.

Quadro 7 - Número de trabalhos apresentados no 9º CBAS – Segundo eixo temático – Bloco I

9º CBAS – BLOCO I – VOLUME I		
EIXOS	TEMAS	Nº DE ARTIGOS
Seguridade, assistência e previdência social	–	25
Seguridade e saúde	–	25
Família e sociedade	–	14
Educação, criança e adolescente	–	42
Questão urbana e meio ambiente	–	18
Questão agrária, questão indígena e meio ambiente	–	09

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Quadro 8 - Número de artigos apresentados no 9º CBAS – Segundo eixo temático – Bloco II

9º CBAS – BLOCO II – VOLUME II		
EIXOS	TEMAS	Nº DE ARTIGOS
Relações de trabalho e serviço social	–	28
Formação profissional	–	26
Ética, política e direitos humanos	–	14
Etnia e gênero	–	10
Serviço social rumo ao século XXI	–	10

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O primeiro bloco tem uma predominância de trabalhos na área de Seguridade, totalizando 50, seguidos do eixo Educação, Criança e Adolescente com 42 trabalhos. O segundo bloco reúne trabalhos que versam sobre temáticas ligadas à formação e exercício profissional, onde se localiza o eixo Etnia e Gênero. Predomina nesse bloco II os eixos Relações de Trabalho e Serviço Social, e Formação Profissional, 28 e 26 trabalhos respectivamente. Vale ressaltar que os temas que organizaram a apresentação em posters foram os mesmos referentes aos artigos.

A quadro a seguir apresenta o eixo temático “Etnia e Gênero”. Assim como os dois últimos CBAS, algumas informações não foram clarificadas com relação à autoria, se ele (ela) era profissional, estudante, professor/a e se estavam vinculados (as) a alguma instituição. Outro detalhe que nos chamou a atenção nesse CBAS foi que um tema abordou gênero e/ou violência estando em eixo temático diferente. Também estará descrito em outro quadro.

Quadro 9 - Artigos apresentados no eixo “Etnia e gênero” no 9º CBAS

9º CBAS EIXO TEMÁTICO – ETNIA E GÊNERO		
NÚMERO	AUTOR (A)/ INSTITUIÇÃO	TÍTULO
01	Sueli G. P. Do Amaral (Não Informado)	As relações sociais de gênero e as profissões da ajuda
02	Israild Giacometti Chinali – UNESP	Trabalho feminino e globalização
03	Magali Da Silva Almeida – UERJ	O imaginário como criação: o candomblé como resistência
04	Carla Cristina Lima De Almeida (Não Informado)	A hierarquia de gênero como importante fator na elaboração da política de saúde reprodutiva
05	Elaine Reis Brandão – UFJF – MG	As mulheres e seus direitos: problematizando o conceito de direitos Reprodutivos e sexuais
06	Marlene Teixeira Rodrigues – UNB – DF	Serviço social, gênero e violência
07	Rosane Mirales – SP (Não Informado)	A identidade quilombola das comunidades pedro cubas e ivaporunduva
08	Rosineide Meira Cordeiro – UFPE	Movimento de mulheres no campo norte e nordeste
09	Ana Maria V. Melo, Amy Adelina Coutinho F. Alves, Ilma Cristina S. Dos Santos E Debora Ferreira (Não Informado)	Memória, trabalho, identidade e gênero
10	Maria Elisa Dos Santos Braga Stampacchio (Não Informado)	Pontuações sobre o processo de “incorporação” da categoria gênero: uma pesquisa com profissionais de um centro de combate à violência contra a mulher e uma experiência na docência com 4º anistas do curso de serviço social

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Dos trabalhos apresentados nesse eixo, muitos não informaram a filiação institucional, e entre os que indicaram esse dado, observamos que são provenientes das regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora/MG, Pernambuco e Brasília.

Quadro 10 - Artigo sobre gênero apresentado em outro eixo temático do 9º CBAS

9º CBAS - EIXO TEMÁTICO – FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
NÚMERO	AUTOR (A)/ INSTITUIÇÃO	TÍTULO
01	José Augusto Bisneto – UFRJ e Renato Veloso – UFRJ	Questões de Gênero e Formação Profissional

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Vale destacar o único trabalho sobre Gênero que não integra o eixo Etnia e Gênero, “Questões de Gênero e Formação Profissional”, de José Augusto Bisneto (UFRJ) e Renato Veloso (UFRJ). Apresentaremos a seguir o conteúdo do artigo porque os autores indicam no seu estudo a violência de gênero.

O resumo apresentado por Bisneto e Veloso (1998), que trouxe o título “Questões de gênero e formação profissional”, abordou a importância do debate de

gênero no cotidiano prático do (da) Assistente Social. Descreveu o conceito de gênero utilizando autoras como Lauretis (1994), Saffiotti (1987, 1988) e Scott (1990), debateu ainda sobre gênero e relações de poder (FOUCAULT, 1988) e violência de gênero contra a mulher (SAFFIOTTI; ALMEIDA, 1995) caracterizando concepções de poder, pois consideram essas concepções de grande relevância nos estudos de gênero.

Salientando a importância desses estudos na formação profissional do (da) Assistente Social, relatam que o (a) Assistente Social está inserido numa esfera social e sexual. Portanto, declaram que o Serviço Social se gesta no “interior dessa lógica que rege a sociedade e que define sua natureza enquanto profissão” (1998, p. 125).

Os autores assim, concluem que pelo fato de o Serviço Social estar inserido nessa dinâmica, é primordial que a categoria esteja engajada nos estudos de Gênero, nos estudos que se referem às relações de gênero, pois a sua compreensão é de suma importância para a formação profissional, devido ao fato de pertencerem aos dois sexos, o Serviço Social faz parte da divisão social e sexual do trabalho, que tem como alicerce a subalternidade do homem sobre a mulher, a qual acarreta na violência de gênero. Deixam claro que a discussão de gênero não deve ser prioridade na formação profissional, mas consideram que o debate merece aprofundamento por parte da categoria profissional.

Dos trabalhos que compõem o eixo “Etnia e Gênero”, destacamos 05 que abordam a questão da violência, ainda que dois deles não explicitem no título essa abordagem. É importante observar que é um número expressivo, se considerarmos que o eixo teve um total de 10 trabalhos.

O resumo de Brandão (1998, p. 253) **“A mulher e seus direitos: Problematizando o conceito de direitos reprodutivos e sexuais”** teve como proposta elencar a reflexão e a prática dos direitos reprodutivos, sexuais numa esfera conjugal violenta. Diretamente, a autora buscou uma ligação entre esses direitos e a violência conjugal.

A autora percebeu em sua pesquisa que a maioria das usuárias que eram atendidas no campo da saúde e da violência, demonstravam dificuldades em utilizar os serviços ofertados pelas instituições de atendimento ou não praticavam todas as orientações técnicas, no que tange à aderência das mesmas. Exemplificou que as

mulheres vítimas de violência conjugal “recusam” ou reformulam o encaminhamento jurídico-policial (1998).

Brandão declara que embora as mulheres vítimas de violência procurem as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM's), o desfecho dado por essas instituições, muitas vezes não resolve o problema da violência sofrida por elas. Também descreveu que as orientações do campo da saúde com relação ao uso de preservativo para evitar doenças sexualmente transmissíveis ou cuidados necessários para evitar as mesmas doenças, não tinham ressonância entre a maioria das mulheres.

Brandão (1998) pontua como uma situação complexa, pois na esfera familiar e conjugal, onde muitas vezes ocorre a violência é possível identificar a limitação maior à liberdade da mulher escolher o exercício da sua sexualidade ou questões de saúde reprodutiva (1998), podendo ocasionar a violência conjugal como uma situação extrema. Provavelmente nesse contexto ocorra a subordinação da mulher, pois a manifestação violenta se manifesta como perda da autonomia feminina, conforme Brandão descreve. A autora relata que pesquisar o entendimento e a prática desses direitos no seio familiar, conjugal leva ao entendimento da autonomia das mulheres e materializar meios de conciliação entre os casais.

O resumo de Rodrigues (1998) para o texto “**Serviço Social, gênero e violência**” logo no início traz uma observação de que gênero está inserido no cotidiano do (da) Assistente Social, mas que ainda há uma recusa às abordagens que permeiam o debate de gênero e a aproximação com o movimento de mulheres. A autora clarifica que o debate de gênero até aquela época ainda não tinha um destaque no campo profissional. Mas nas universidades e de um modo geral no campo das Ciências Sociais, foram criados grupos e núcleos de estudos e pesquisas relacionados à mulher.

A autora fez uma análise comparativa sobre o CBAS anterior, descrevendo que de 205 trabalhos apresentados no evento, apenas 14 trabalhos abordaram relações de gênero, desvelando assim pouca aproximação com o debate. Rodrigues relata que quando se trata da questão da violência a incidência é bem menor, pois apenas 02 trabalhos abordaram o tema.

No que tange às políticas públicas relacionadas à mulher, diretamente no que se refere a gênero, a autora salienta que até a data do evento, era mínima a procura de mulheres por DEAM's para “reagirem à situação” de violência (1998). Mas de

forma oposta, as mulheres apresentam queixas referentes à violência sofrida para profissionais da área da saúde e diretamente da assistência social, mas não sendo esse o motivo de procura ao atendimento de Assistentes Sociais.

Rodrigues salienta que o Serviço Social lida com a escuta sobre queixas de violência contra a mulher em diversas áreas de atuação, mas ainda não aprofundava o debate no campo profissional, pois nesses espaços poderiam desenvolver as políticas de prevenção e enfrentamento ao fenômeno.

A autora levantou hipóteses sobre esse afastamento da categoria no que se refere à violência contra a mulher. Declarou que talvez por questões de cunho religioso e relacionada ao tradicionalismo nas relações de gênero, o Serviço Social não aprofundava o debate, pois convergia com modelo tradicional de gênero, já que alguns setores (não mencionou quais) eram opostos aos movimentos de mulheres e diretamente ao movimento feminista.

Rodrigues relata que pesquisas apontam que a invisibilidade sobre a violência doméstica ainda prevalece e por outro prisma, o Serviço Social tem por desafio, através de sua “escuta qualificada”, contribuir para o enfrentamento do fenômeno. A criação do Programa de Prevenção e combate à Violência contra a Mulher (PCPVM) em 1996, contribuiu significativamente para o avanço no debate e para elencar possibilidades de intervenção nas políticas públicas. O programa buscou atuar em diferentes secretarias, como Desenvolvimento Social, Saúde, Assistência e outros. A autora salienta que na grande maioria dessas secretarias tinham a atuação do Serviço Social.

Percebemos que Rodrigues ao longo do texto, parece indagar que o Serviço Social até aquele período, esteve presente em diversos campos de atuação, teve a oportunidade de abordar o tema da violência contra a mulher, mas ainda não tinha uma aproximação com o debate. Mas no final de seu resumo declarou que o motivo da sua pesquisa era “identificar as representações sociais dos Assistentes Sociais relativas à violência contra a mulher, assim como as queixas apresentadas pelas usuárias e os enfrentamentos vivenciados pelos profissionais entrevistados” (1998, p. 258).

Stampacchio (1998), relata em seu resumo **“Pontuações sobre o processo de incorporação da categoria gênero: uma pesquisa com profissionais de um centro combate à violência contra a mulher e uma experiência na docência com 4º anistas do curso de Serviço Social”**, a importância dos movimentos

sociais para a construção do processo histórico, faz uma abordagem do feminismo utilizando como referencia autoras como Teles (1993) e Scott (1994), que enriquecem o debate.

Salienta que os movimentos sociais são estímulos para a academia despertar e pesquisar sobre as teorias existentes e esclarecer sobre as diferenças históricas entre os sexos. A autora exprime sua preferência sobre o debate da violência contra a mulher, o qual é importante na sua prática profissional, pois é concursada na Prefeitura Municipal de São Paulo trabalhando na Casa Eliane de Grammont. Optou por pesquisar sobre como os profissionais da equipe multiprofissional (psicóloga, duas assistentes sociais, uma psiquiatra, uma Advogada e uma Filósofa) compreendem as relações de gênero, no cotidiano de suas atividades. A autora relata que a partir da reflexão sobre a prática, a equipe se desvinculou da ideia de conceito de mulheres vítimas de violência, para mulheres em situação de violência, que foi apresentado através de uma cartilha criada no ano de 1991, com o título “Violência no Relacionamento Amoroso”, da série nº 1 - Violência de Gênero.

Stampacchio descreve que a nomenclatura violência no relacionamento amoroso está vinculada à questão da violência de gênero entre casais. Assim como todas as relações sociais e interpessoais, esta também se liga à questão de poder. São nesses relacionamentos que o poder se manifesta, desenvolvendo o controle, a posse sobre o outro.

Para Stampacchio (1998), a mulher não está numa extremidade na qual ela aceita de forma passiva a violência refletida como representação de poder, mas demonstra resistência, se articula, instiga, constituindo assimetrias e dessemelhanças, que por vezes ela própria produz e reproduz. A autora também relatou que durante o cotidiano de atendimento, percebeu que as usuárias do atendimento se espantavam com o grande movimento de mulheres que procuravam a instituição.

As entrevistadas finalizam que para se trabalhar com o entendimento sobre gênero é importante desagregar os conceitos de gênero enraizados na cultura, muitas vezes disseminados pela própria orientação acadêmica. Propõem uma supervisão do trabalho desenvolvido por trabalhadoras mulheres, na medida que há a necessidade de revisão sobre o processo de trabalho com mulheres, na medida que apresentam dificuldades em lidar com as perspectivas de gênero nos atendimentos realizados com mulheres em situação de violência.

A autora ainda relata sobre a sua experiência docente no campo acadêmico. Apresentou uma proposta de incorporação de uma disciplina que aborde gênero e violência. As alunas ficaram muito empolgadas com o conteúdo ofertado, o que ocasionou no aumento de trabalhos de conclusão de curso com temas pertinentes ao debate de gênero e violência.

Também observaram através dos tópicos da disciplina, que é de grande relevância o aprofundamento sobre o debate das relações de gênero entre elas mesmas (mulheres), refletiram o quanto são “reprodutoras do padrão de gênero” (1998, p. 269), o quanto oprimem outras mulheres e questionaram as relações dominantes de gênero. Ainda refletiram sobre a diversidade de profissionais de Serviço Social e outras áreas, que por não terem essa reflexão sobre o conceito de gênero e violência, acarretam posicionamentos equivocados sobre o debate.

A autora finaliza que no processo das relações sociais, acredita que a reflexão das relações de gênero no campo acadêmico favorece o aprofundamento “interdisciplinar do conhecimento e autoconhecimento” (1998, p. 270). Isto contribui para trabalhos profissionais, pois reforçam a manutenção das relações sociais, na construção e reconstrução da pauta no campo acadêmico, buscando uma “concepção ética, política e de equidade”.

Lendo o resumo pudemos observar que a autora faz um apelo para que tanto profissionais, quanto alunos e docentes incorporem, como ela mesma cita, o debate de gênero e violência não somente no curso de Serviço Social, quanto em outros cursos relacionados ao campo de intervenção. Somente dessa forma, os profissionais e alunos terão a oportunidade de compreender adequadamente o fenômeno da violência de gênero e terem participações, intervenções qualificadas com usuárias que procuram as instituições de atendimento.

Rubia Lorena Rodrigues (1998), relata em seu resumo “**Ser ou não ser Amélia: uma questão de gênero**” sobre o cotidiano de vida de mulheres moradoras de uma comunidade chamada “Morro do Horácio” em Santa Catarina. Em sua pesquisa apresentou questões relacionadas às condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres, as quais cada vez mais conquistam espaços públicos, no mercado de trabalho, saindo do universo doméstico, privado. Seu intuito era conhecer a realidade social daquelas mulheres das comunidades, levantando diversas questões que observava.

A pesquisa se deu através do resgate do projeto Gênero no Morro do Horário, da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi repensado a partir de grupo de mulheres, que participaram de oficinas de sexualidade em parceria com o Núcleo Transcriar do Departamento de Enfermagem da UFSC. Ali pode ser observado a descoberta sobre a sexualidade, comportamentos, desenvolvimento maior de autoestima, reflexões e interesse nos debates sobre gênero.

Segundo a autora, esses espaços proporcionaram socialização, integração e lazer entre as mulheres participantes, mas, ao mesmo tempo, foi aprofundada a discussão sobre a violência de gênero, mas foi identificado pela autora e pela equipe da universidade, que durante o debate nem todas as mulheres se identificam como vítimas de violência doméstica, “se identificavam como vítimas deste problema social”. Rodrigues salienta que esse entendimento ocorre devido a compreensão que as mulheres ainda tem de que essas experiências são “coisas naturais” entre homem e mulher e por essa naturalização da violência, consideram uma questão de cunho privado, íntimo.

A autora reiterou que esse pensamento dificulta muito a conscientização das mulheres no que diz respeito às conquistas por direitos por integralidade física e moral. Foi finalizado com um destaque para que o Serviço Social continue a desenvolver pesquisas que possam ampliar o conhecimento sobre o campo da violência de gênero que possam construir respostas às emergências postas aos Assistentes Sociais, descrevendo as mulheres como sujeitos constituintes de suas próprias histórias.

Esse resumo apresentou inicialmente estatísticas sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, que não foram problematizadas na observação por não se tratar do foco deste estudo. Entretanto, foi tratada em dois parágrafos a questão da violência de gênero, através de importante experiência de projeto e um núcleo da UFSC numa comunidade da periferia. Observamos que segundo o próprio relato da autora, essa experiência foi muito edificante para todas as participantes, tanto para as profissionais quanto para as usuárias, mas o mesmo não foi detalhado, caracterizado.

Gaspar (1998) traz o resumo **“Implantação do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel – São Gonçalo – RJ”**, fazendo uma apresentação do Centro Especial de Orientação à Mulher – Zuzu Angel, em São

Gonçalo, Rio de Janeiro. Descreve que a unidade foi inaugurada no ano de 1986, coordenado por uma Assistente Social.

A instituição possui uma equipe multiprofissional composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Médicos, Enfermeira, Bióloga, Advogados, equipe de apoio administrativo e acadêmicos de graduação e pós-graduação, que atendem em horário comercial, mulheres de diversas classes sociais, orientação política e religiosa que buscam por orientações, assessorias, de forma individual e grupos, que vivenciavam situações de violência.

A autora descreve que a instituição vai além da exclusividade de acompanhamento de casos encaminhados pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher na cidade de São Gonçalo. Trata-se de uma instituição que estando interligada com outras instituições governamentais e não-governamentais buscava novas formações nas relações entre homens e mulheres. Além do acompanhamento individual e de grupo com mulheres ofertam suporte às mulheres por parte de toda equipe multiprofissional abordando temáticas sobre violência de gênero, sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis, planejamento familiar, prevenção ao câncer, abuso sexual e outros.

Gasparly descreve que até aquela data de 1986, não existia no Estado uma instituição como o CEOM Zuzu Angel, pois, segundo a autora, não existia instituição com esse perfil de atendimento. A princípio o atendimento era ofertado para mulheres vítimas de violência, mas posteriormente foi estendido ao restante da família e demais envolvidos, sem perder a centralidade nas questões de gênero.

A autora acredita que tanto as pesquisas realizadas como as vindouras, contribuirão em propostas de políticas públicas para o Conselho Municipal de Defesa da Mulher, que foi inaugurado no município em 1997.

No período de 10 meses, a autora apresentou um quantitativo de atendimentos do CEOM – Zuzu Angel realizado no período de dezembro de 1997 a maio de 1998.

Quadro 11 – Número de atendimentos no Centro de Orientação à Mulher Zuzu Angel, 1997 – 1998

Serviço social	466	836	1.302
Psicologia	207	261	468
Jurídico	527	1.269	1.796
Educação e saúde	239	402	641
TOTAL	1.439	2.768	4.207

Fonte: Gasparly, 1998.

A autora concluiu o resumo declarando que a criação do CEOM – Zuzu Angel foi inovador comparado às outras instituições de atendimento à mulher, (1998: 280-281). A autora acredita que os investimentos em políticas públicas voltadas para as mulheres reforçam o papel social da mulher no sentido maternal “como última instância da existência feminina”.

O CEOM – Zuzu Angel caminha com outra proposta, novas relações de atendimentos, desenvolvendo debates, tratando questões pertinentes às mulheres, garantia de direitos, reitera que a metodologia ofertada pela instituição propõe atividades reflexivas, socioeducativas, que possam contribuir para que as mulheres refaçam suas histórias.

Os resumos pesquisados no 9º CBAS, assim como a maioria dos já descritos nos outros CBAS da década de 1990, relacionados às questões de gênero indicam, que gênero está direcionado, à inserção da mulher no mercado de trabalho e o papel exercido por elas na sociedade. Nas questões relacionadas à violência de gênero contra mulheres, observamos um apelo por parte das autoras, no sentido de chamar a atenção de Assistentes Sociais que estão na prática em diversas áreas socio- ocupacionais, de estudantes de Serviço Social de graduação e pós-graduação e docentes. Demonstram uma urgência para que o debate de gênero e violência contra à mulher sejam incorporados nesses espaços e mostram através de dados, a procura de mulheres por atendimento do Serviço Social, ou seja, a categoria tem experiências práticas para aprofundar o debate tanto no meio acadêmico quanto nos espaços socio-ocupacionais.

Quadro 12 – Referencial teórico dos artigos sobre violência de gênero contra a mulher apresentados no 9ºCBAS

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
<p>A mulher e seus direitos: problematizando o conceito de direitos reprodutivos e sexuais</p>	<p>ARILHA. Margareth e CITELI, Maria T. (org) Políticas, mercado, ética: demandas e desafios no campo da saúde reprodutiva. São Paulo: Editora 34/ CCR, 1998.</p> <p>ÁVILA. Maria Betânia. “Modernidade e cidadania reprodutiva”. Revista Estudos Feministas, CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 2, p. 382-393, 1993. Dossiê Mulher e Direitos Reprodutivos.</p> <p>BRANDÃO. Elaine R. Nos corredores de uma Delegacia da Mulher: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal. 1997. 202p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.]</p> <p>BRANDÃO. Elaine R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, C., HOLLANDA, H. B. (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 51-84.</p> <p>CORREA. Sonia [e] PETCHESKY, Rosalind. “Direitos sexuais e reprodutivos: Uma perspectiva feminista”. Physis: Revista de Saúde Coletiva, vol. 6, n. 1-2, 1996, pp. 147- 177.</p>

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
	<p>DUARTE. Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CNPq. 1986.</p> <p>DUARTE. Luiz F. D. et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 22, p. 5–19, jun. 1993.</p> <p>FRANCHETTO. B., CAVALCANTI. M. L.V. C. e HEILBORN. M. L. Antropologia e feminismo. Em B. FRANCHETTO. M. L. V. C. CAVALCANTI e M. L. HEILBORN. (Orgs.), Perspectivas Antropológicas da Mulher (Vol. 1, pp. 11-47). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.</p> <p>GUIMARÃES. C. D. “Mas eu conheço ele!”: um método de prevenção do HIV/aids. In: PARKER. R.; GALVÃO. J. (orgs.). Quebrando o silêncio: mulheres e aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 169-179. (História social da Aids, 7).</p> <p>GUIMARÃES. K. Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina e a prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER. R, Galvão J, organizadores. Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Relume-Dumará; 1996.</p> <p>HEILBORN. M.L. (1993). “Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada”. Revista Estudos Feministas, vol.1 (Supl. 1), pp.50-82.</p> <p>KNAUTH. Daniela R. Evitando a morte masculina: a perspectiva das mulheres dos homens portadores do vírus da AIDS. In: XIX Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1995.</p> <p>PIMENTEL. S. & DORA. D.D. As mulheres e a construção dos direitos humanos. São Paulo, CLADEM, 1993.</p> <p>SALEM. T. Mulheres faveladas: “com as vendas nos olhos”. Perspectivas Antropológicas da Mulher 1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.</p> <p>FRANCHETTO. Bruna; CAVALCANTI. Maria Laura V. C.; HEILBORN. Maria Luiza. “Antropologia e feminismo” Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, n. 1, p. 11-47, 1981.</p> <p>SARTI. Cynthia. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 70, p. 38-46, ago. 1989.</p> <p>SARTI. Cynthia A. A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez; 2005 [1ª ed. 1996]</p>
<p>Serviço social, gênero e violência</p>	<p>ALVAREZ. Gabriel Omar; RODRIGUES. Marlene TEIXEIRA. As prostitutas de Belém e Fortaleza. Gênero, Movimentos sociais e políticas públicas. Brasília, 1997 (mimeo).</p> <p>AZEVEDO. Maria Amélia. Mulheres espancadas — a violência denunciada. São Paulo, Cortez Editora, 1985.</p> <p>BANDEIRA. Lourdes. A incorporação do enfoque de gênero no PAISM . Aracaju, 1996. (mimeo.)</p> <p>BARSTED. Leila de Andrade Linhares. Em Busca do Tempo Perdido, Mulheres e Políticas Públicas no Brasil, 1983 - 93.1994.</p> <p>BRANDÃO. Elaine Reis. “Violência e Gênero: Um desafio permanente” In, Saúde em Foco, Ano V, nº 13. Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, Agosto – 1996.</p> <p>BURSZTYN. Ivani. “Violência contra a mulher: a responsabilidade da saúde”. In, Saúde em Foco, Ano V, nº 13. Secretaria Municipal do Rio de Janeiro., Agosto - 1996.</p> <p>CARVALHO. R. & IAMAMOTO. M. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez, Parte II, 1984.</p> <p>CASTRO. Manuel M. Histórico do Serviço Social na América Latina . São Paulo, Cortez/Celats, 1982. CDM/DF. Programa de Combate e Prevenção à Violência contra a Mulher. 19 96a. CDM/DF. Projeto Casa Abrigo. 1996b.</p> <p>COSTA. Albertina de O. & BRUSCHINI. Cristina. Uma questão de gênero. RJ, Rosa dos Tempos/SP, Fund. Carlos Chagas, 1992.</p> <p>DRAIBE. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas”, In: MPAS/CEPAL. Brasília, 1990.</p> <p>DAHER. P. História de uma intervenção em redes. In: Service Social, Les</p>

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
	<p>Press de Université, Laval, Quebec, Canadá, 9 (3), 284- 312, 1980. Trad. Adriana C. C. Viana e Andréa Andrade.</p> <p>FALEIROS. Vicente de P. Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 15, São Paulo, Ed. Cortez, 1986 e (1987).</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. O paradigma de correlação de forças e estratégias de ação em Serviço Social. In: IAMAMOTO. Marilda Villela et al. Metodologias e técnicas do serviço social. Brasília: SESI-DN, 1996. p. 21-30.</p> <p>HAHNER. June. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.</p> <p>HEILBORN. M.L. Violência e mulher. In: VELHO. G.; ALVITO. M. (Orgs) Cidadania e violência, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 89-98.</p> <p>IAMAMOTO. Marilda V. "O Serviço Social na Contemporaneidade e os Fundamentos Teórico metodológicos e Técnico - Operativos do Trabalho profissional". In, IAMAMOTO. Marilda et al., Metodologias e Técnicas do Serviço Social . Brasília, SESI/D.N., 1996.</p> <p>INSTRAW (Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para a promoção da Mulher). Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento. Uma Abordagem Básica. CDM. 1995.</p> <p>LEFORT. Claude. "Contribuições para a compreensão do totalitarismo", In A invenção de mocrática . Os limites da dominação totalitária. São Paulo, Brasiliense, 1987.</p> <p>LEGAULT. Gisele. Intervenção Feminista e Serviço Social, Serviço Social e Sociedade nº 37. Ano XII. Dezembro, 1991.</p> <p>MONTORO. Tânia S. . Brasília Mulher. Brasília, UNB/ Departamento de Comunicação. Tese de mestrado, mimeo, 1987.</p> <p>NETO. José Paulo. "Transformações Societárias e Serviço Social notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil", Serviço Social e Sociedade, nº 50, Ano XVII. São Paulo, Cortez, abr. 1996.</p> <p>PEREIRA. Potyara A. A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos - Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil . Brasília, Thesaurus, 1996.</p> <p>POLANYI. Karl. A Grande transformação. Rio de Janeiro, Ed. Campus Ltda., 1ª reimpressão, 1988.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Paz e Terra, 1995.</p> <p>SOARES. V. "Movimento Feminista: paradigmas e desafios", Estudos Feministas , nº 11. Rio de Janeiro, Fund. Universidade José Bonifácio, 1994.</p> <p>SPOSATTI. Aldaíza. A trajetória da Assistência Social nas políticas sociais brasileiras. São Paulo, Cortez, 1992.</p> <p>TEIXEIRA. Sônia F. "Em defesa da Seguridade Social", In Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. Anais do VI Seminário sobre Política de Saúde. Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1990.</p> <p>VÁRIOS. Serviço Social crítico: problemas e perspectivas. São Paulo, Lima/Peru, Cortez/Celats, 1985.</p>
<p>Pontuações sobre o processo de incorporação da categoria gênero: uma pesquisa com profissionais de um centro combate à violência contra a mulher e uma experiência na docência com 4º Anistas do Curso</p>	<p>FOUCAULT. Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.</p> <p>LOBO. E. S. A classe operária tem dois sexos. São Paulo, 1991.</p> <p>MACHADO. Lia Zanotta. Beijing em Balanço. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, ano 3, n. 2, p. 414-426, 1995.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. "Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero". In: Moraes Silva, Maria Aparecida (Org.). Mulher em seis tempos. Araraquara, SP: Editora da UNESP, p 141-176, 1993.</p> <p>SAFFIOTI H.I.B. CANÇADO. M.E.R. ALMEIDA S.S. A Rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Congresso Internacional América 92. Raízes e Trajetórias. São Paulo; 16 a 20 de agosto de 1992. São Paulo: USP; 1992.</p>

ARTIGO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
De Serviço Social	<p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Paz e Terra, 1995.</p> <p>SCOTT. Joan Wallach. Prefácio à Gender and Politics of History. Cadernos Pagu (3), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP, p.11-28, 1994.</p> <p>STAMPACCHIO. Maria Elisa dos Santos Braga. Discutindo a questão de gênero: o olhar dos profissionais da Casa Eliane de Grammont. Dissertação de Mestrado (Programa de Serviço Social) – PUC-SP, 1995.</p> <p>TELES. Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.</p>
Ser ou não ser amélia: uma questão de gênero	<p>FREITAS. R. C. S. Serviço Social e gênero: um diálogo necessário. In: O Serviço Social frente ao projeto neoliberal: defesa das políticas públicas e da democracia. Anais do 8º CBAS, Salvador, BA, 1995.</p> <p>PISCITELLI. Adriana. "Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas". In: AGUIAR. Neuma (Org.). Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, p. 49-66, 1997.</p> <p>PNUD/IPEA (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; Rio de Janeiro: Ipea, 1996.</p> <p>SCOTT. Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.</p> <p>VINAGRE. M. Serviço Social Gênero e Etnicidade Tecendo as Primeiras Aproximações, VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Anais. Salvador (BA), 2 a 6 de julho de 1995.</p> <p>UFSC – Centro Socioeconômico – Dep. de Serviço Social. Relatório final da pesquisa: o fazer feminino nas práticas políticas das mulheres de periferia (uma abordagem sobre a questão de gênero. Florianópolis, 1997.</p>
Implantação do centro especial de orientação à mulher zuzu angel – são gonçalo – rj	<p>GASPARY. M. C. S. Projeto de Implantação do Centro Especial de Orientação à Mulher de São Gonçalo, Rio de Janeiro, mimeo, 1996.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.</p>
Questões de gênero e formação Profissional	<p>ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.</p> <p>FOUCAULT. Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.</p> <p>LAURETIS. Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. "Movimentos sociais: face feminina". In Carvalho, Nanci Valadares de. (org.) A condição feminina. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B.; ALMEIDA. Suely Souza. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.</p> <p>SAFFIOTI H.I.B. CANÇADO. M.E.R.</p> <p>ALMEIDA S.S. A Rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Congresso Internacional América 92. Raízes e Trajetórias. São Paulo; 16 a 20 de agosto de 1992. São Paulo: USP; 1992.</p> <p>SAFFIOTI. Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.</p> <p>SCOTT. Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1990.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Do ponto de vista dos referenciais teóricos, observamos que as autoras demonstram uma articulação com o pensamento feminista na abordagem das suas discussões e um conceito de gênero identificado com autoras como Joan Scott e Heleieth Saffiotti. Indicam, portanto, uma compreensão dos estudos de gênero/feministas em seus trabalhos, chamando a atenção para o papel do Serviço Social em seus artigos.

Refletir sobre os três Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais ocorridos na década de 1990, nos possibilita a compreensão que tinha a categoria profissional e estudantes de Serviço Social daquele período acerca da violência contra a mulher. Cabe ressaltar, uma época em que esperavam pela corporificação do debate de gênero e violência contra a mulher nos espaços acadêmicos, de pesquisas e principalmente subsídios para a intervenção profissional com a questão da violência de gênero.

Podemos observar em vários resumos, que autoras alertavam para a emergência sobre o enfrentamento da situação de violência em que as mulheres se encontravam por parte de diversas áreas do saber e em diversas instituições. Também expressavam que os trabalhos apresentados poderiam abrir portas para novas discussões, novos olhares, novos aprofundamentos teórico-profissionais capazes de contribuir para o enfrentamento do problema da violência de gênero contra as mulheres.

Algumas autoras citaram o movimento feminista e o movimento de mulheres ao longo de seus trabalhos. Consideramos muito importante resgatar a memória do movimento feminista na década de 1990, que teve seu apogeu entre as décadas de 1970 e 1980, de acordo com autoras que debatem estudos de gênero, como Saffiotti, Scott, Almeida, Lisboa.

A discussão sobre a violência contra mulheres ainda apresentava uma participação pequena nos CBAS do período, talvez pelo fato de também não haver ainda uma relevante inserção desses estudos no Serviço Social, mas o debate de gênero caminhava mais avançado nos eventos. Quando as autoras debateram gênero trouxeram características sobre a mulher na esfera do trabalho, sobre seu papel na família e na sociedade, observamos que esses assuntos eram unânimes entre elas. Também despontam algumas reflexões sobre gênero e raça/etnia, mas não foi identificado o debate sobre violência contra mulheres negras nem sobre o feminismo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no século XXI, observamos que o debate sobre a violência contra a mulher e o debate sobre gênero progrediu no campo do Serviço Social. Porém, desde a década de 1980, o Serviço Social já construía um elo com o enfrentamento do fenômeno, por exemplo, no ano de 1985, Suely de Souza Almeida, Assistente Social e Docente de Serviço Social da UFRJ (In memoriam), foi a primeira Assistente Social a trabalhar numa delegacia, antes mesmo de serem criadas as Delegacias de Mulheres, um marco importante para a categoria (MORGADO, 2016).

Observamos que embora o (a) Assistente Social ainda não estava tão próximo do tema da violência contra a mulher no campo acadêmico, o fenômeno já fazia parte do seu cotidiano profissional, conforme Lisboa (2005, p. 200):

Portanto, a interlocução do Serviço Social com essa questão se faz necessária. Uma vez que a violência de gênero é um fenômeno social, deve ser enfrentada através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta.

Desse modo, refletimos que o Serviço Social intercede sobre a questão da violência contra a mulher, sendo essa uma das representações da questão social, seguindo assim atuando sobre seu objeto de trabalho. Esse é um importante motivo para que Assistentes Sociais cada vez mais estejam engajados com o conhecimento sobre a realidade social que intervêm, pois necessitam compreender como as mulheres vivenciam como vítimas, essa violação de direitos.

Os (as) Assistentes Sociais desde seus primórdios, lidam com o cotidiano de vida das pessoas, no qual também estão inseridas/os como sujeitos fazendo parte dessa dinâmica nas relações sociais. Toda forma de violência seja contra a mulher ou outros tipos de violência contra idosos, crianças, negros... São características das diversas expressões da questão social, nas quais Assistentes Sociais são chamados/as a intervir, de acordo com Carvalho e Yamamoto (1983):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IYAMAMOTO, 1983, p. 77).

Refletindo sobre a violência contra a mulher é indissociável a intervenção do Serviço Social nesse debate, que é um problema tão grave de violação dos direitos humanos, violação dos direitos das mulheres. O Serviço Social ao longo de sua trajetória histórica está enraizado na participação da defesa democrática dos direitos, da igualdade e equidade social. Não seria diferente no que diz respeito a esse fenômeno social, que desde os tempos primordiais afeta a vida das mulheres em todas as classes sociais. O Serviço Social em seu processo histórico apresenta muita aproximação com o gênero feminino, pois de acordo com Lisboa (2010) a categoria profissional é quase toda composta por mulheres:

Uma categoria formada por 95% de profissionais do sexo feminino, que em seu cotidiano de intervenção atende majoritariamente mulheres, permaneceu distante das lutas mais significativas dos movimentos feministas, o que configura, do meu ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero (LISBOA, 2010, p. 67).

Lisboa (2010) salienta que as teorias feministas e estudos sobre gênero e violência consolidam uma contribuição teórico-metodológica importante para o Serviço Social, já que emergem para confrontar todos os meios de dominação, evidenciar novos espaços de conflitos sociais.

A pesquisa que realizamos sobre os CBAS da década de 1990, trouxe importantes dados sobre o contexto o qual a sociedade e o Serviço Social vivenciavam naquela época. Foi inicialmente muito evidenciado um perfil com temas voltados para as mulheres e as famílias, mas que ao longo dos congressos, o debate de gênero e etnia (naquela época se usava o termo raça, não mais utilizado nos tempos atuais) se corporificaram aos resumos. Observamos através dos conteúdos apresentados, uma forte sintonia com o debate sobre feminismo, embora o Serviço Social não ainda não evidenciasse o tema no campo acadêmico.

Os estudos de gênero e feminismos apresentam grande relevância para o desvelamento de formas de exploração e dominação, o qual a pesquisa específica do conceito da classe social não está apto a alcançar. Principalmente quando se trata do fenômeno social da violência sofrida por mulheres. Esse conceito é essencial para o entendimento e intervenção junto a questão da violação de direitos, o qual o debate de gênero está enraizado nesse contexto.

Heleieth Saffioti trouxe uma relevante contribuição para os estudos de gênero, pois desde a propagação desses estudos, o conceito de gênero passou a ser refletido como representações das relações sociais entre os sexos. A partir dos

estudos de gênero, o conceito de patriarcado passou a ser interpelado como uma forma “universal de relações de gênero” (MOTTA, 2018, p. 153).

Para Motta (2018), Saffioti é uma das autoras que debate gênero e feminismo e defende que somente o conceito de patriarcado é incapaz de discorrer sobre as relações entre os sexos. Saffioti segue o raciocínio que a noção de patriarcado não deve ser colocado em segundo plano, mas deve-se indagar sua “utilização universal e delimitar seus limites e fronteiras históricas”. Assim, compreendemos que para ela, o conceito de gênero é muito mais diversificado do que a o conceito de patriarcado, que é um conceito atual ligado ao capitalismo e gênero existe desde os primórdios. Desse modo, Saffioti (1985) cita Eisenstein (1979):

O capitalismo usa o patriarcado e o patriarcado está determinado pelas necessidades do capital. Esta afirmação não solapa o dito anteriormente, ou seja, que ao mesmo tempo em que um sistema utiliza o outro, deve organizar-se em função das necessidades deste outro precisamente para proteger as qualidades específicas do outro. De outra forma, o outro sistema perderia seu caráter específico e com ele seu valor único. Para dizê-lo da maneira mais simples possível: o patriarcado (supremacia masculina) proporciona a ordenação sexual hierárquica da sociedade para o controle político e como um sistema político não pôde ser reduzido à sua estrutura econômica; enquanto o capitalismo como sistema econômico de classes, impulsionado pela busca de lucros, alimenta a ordem patriarcal. Juntos eles formam a economia política da sociedade, não unicamente um ou o outro, mas uma combinação particular dos dois (EISENSTEIN, 1979. p. 5 apud SAFFIOTI, 1985, p. 99).

Saffioti faz uma crítica relatando que gênero é um conceito que tem utilidade para o feminismo, pois é capaz de disfarçar o patriarcado:

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram. Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Os estudos de gênero e violência contra a mulher proporcionam uma reflexão sobre diferentes formas de analisar o contexto histórico e como emergiu as diferenças sociais, que resultam em desigualdades. Através de estudos, trabalhos apresentados, a corporificação desses temas no campo teórico-prático do Serviço Social é possível contribuir de forma mais efetiva no cotidiano de vida das mulheres, intervindo para que elas possam construir confiança, autoestima, tomadas de decisões que as levem ter autonomia sobre suas próprias vidas, desconstruindo a subalternidade que tanto as assolam.

Acreditamos que o Serviço Social tem um longo caminho a percorrer sobre o debate e intervenção com mulheres que sofrem violência, tanto no que diz respeito aos estudos de gênero quanto na produção do conhecimento que interfere na prática profissional. Mesmo enfrentando dificuldades no cotidiano de suas intervenções, os (as) Assistentes Sociais têm se interessado pela prática profissional, a produção do conhecimento e com a atenção dada as mulheres vítimas de violência. Assim, a propagação do fenômeno da violência contra mulheres, que é um dos temas abordados pela categoria, necessita de aprofundamento, produção do conhecimento de forma contínua para que possam intervir correspondendo às questões éticas que pairam sobre a profissão e outras demandas que também carecem de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Disponível em <https://mega.nz/#F!IgtUDQ7bXeJv5CfMTFHxfuYzZGvMzQ>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Revista Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.41-52, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a04.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2009.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. RJ: Forense Universitária, 2001. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (org). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe* Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591> Acesso em: 26 jan. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho: notas sobre impasses teóricos. *Cad. CRH*, Salvador, n.17, p.80-105, 1992. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18810/12180> Acesso em: 22 jan. 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7., São Paulo. *Caderno de teses*. São Paulo: ABESS, ANAS, CFAS, SESSUNE, 1992.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., Salvador. *Caderno de teses*. Salvador: ABESS, CEDEPSS, CFESS, ENESSO, 1995.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., Goiânia. *Caderno de comunicações*. Goiânia: ABESS, CEDEPSS, CFESS, CRESS 8ª REGIÃO, CRESS 19ª REGIÃO, ENESSO, 1998.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. *Caderno de comunicações: suplemento*. Goiânia: ABESS, CEDEPSS, CFESS, CRESS 8ª REGIÃO, CRESS 19ª REGIÃO, ENESSO, 1998.

COIMBRA, Patrícia. *Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo*. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9148_direito_mulheres_coimbra.pdf?sequence=3. Acesso em: 21 mar. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2005, p. 1-20. Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigosdeseedissertacoes_teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/o_movimento_feminista_no_brasil.pdf Acesso em: 02 fev. 2020.

COSTA, Claudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

COSTA, Joaze B. Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007, Guadalajara. *Anais...* Guadalajara: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-066/1041.pdf> Acesso em: 02 mar. 2020.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et. al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf Acesso em: 27 jan. 2020.

EINSFELD, Poliana. *Apresentação de slides*. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2014, Sítio Prezi. *Anais...* [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em <https://prezi.com/urssmto4jqcn/congressos-brasileiros-de-servico-social/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educ. Soc. [online]*, v. 23, n.79, p.257-272, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em: 19 mar. 2020.

GARCIA, Michael H. *A História do Serviço Social no Brasil*. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00096674601a08e547a6e> Acesso em: 16 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984. Disponível em <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/12/RACISMO-E-SEXISMO-NA-CULTURA-BRASILEIRA.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e Abusos da Categoria de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Y Nosotras latinoamericanas?: estudos sobre Gênero e raça*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44. Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/114_1042_usoseabusosdacategoriadegenero.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; LEDOARÉ, H.; SENOTIER, D. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf Acesso em: 28 fev. 2020.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Revista Feminista*, Recife, n. 2, 2010. Disponível em: https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/38882_ponenciacompleta_helenahirata.pdf Acesso em: 22 jan. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza: CRESS –CE, 1997. (Debate; n. 6)

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/at_download/file Acesso em: 20 fev. 2020.

LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 4. ed. Maceió: Instituto Lukács, 2015. Disponível em <http://beneweb.com.br/resources/Para%20compreender%20a%20ontologia%20de%20Luk%C3%A1cs.pdf> Acesso em: jan. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra mulher. *Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

LISBOA, Teresa K. *Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão*. Revista *Katálysis*. Santa Catarina, 2010. nº 1; p. 66-75. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08> Acesso em: 0 fev. 2020.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Pioneiras no Serviço Solcial: uma releitura na perspectiva do gênero*. Disponível em [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498841757_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFG\(Lole,Almeida,Freitas\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498841757_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFG(Lole,Almeida,Freitas).pdf) Acesso em: 19 mar. 2020.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991. <https://drive.google.com/file/d/1XmesHljcsGSUVRszBd57eo657gVA0o/view?fbclid=IwAR2WmYy1PAulj1glfVnxb7fyXm2GJuzl7pL0QAP5uYH6g7c3Gi25ppjF5AM> Acessado em: 03 fev. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Disponível em <https://biblioteca>

onlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-
lopes-louro.pdf Acesso em: 27 dez. 2020.

MARQUES, Danusa. *O que são as cotas para mulheres na política e qual é sua importância?* In: *Gênero e Número*, 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/> Acessado em: 21 mar. 2020.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Livro 1, v.1, t.1. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf Acesso em: 03 nov. 2019.

MÉZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/3390341/meszaros-istvan-para-alem-do-capital> Acesso em: 03 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORGADO, R. Recortes de intensas trajetórias. *Revista Em Pauta*, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27869/20046> Acessado em: 28 mar. 2020.

MOTTA, D. C. *Desvendando Heleieth Saffioti*. *Revista Lutas Sociais*, v. 22, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/lis/article/download/46662/31125>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. In: MOUFFE, Chantal. *Debate Feminista*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. p. 29-47

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração e Programação de Ação em Vienna*, 1993. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf Acesso em: 03 fev. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

RIBEIRO, Monica D. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. *Anais...* [S. l.]:UEL, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.MonicaDias.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras, Perspectivas*, São Paulo, n. 8, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1848/1515>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Disponível em <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Member>

s/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero- no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view. Acesso em: 28 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705> Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Amanda Kelly Belo da. *Resistência e luta: o processo de organização das trabalhadoras domésticas por direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UERJ, 2019.

SIQUEIRA, Carolina; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. *Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma análise comparativa das contribuições teóricas feministas de Simone de Beauvoir e Judith Butler*. In: MUNDO DE MULHERES, 13.; FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499196025_ARQUIVO_Artigo-13MundodasMulheres.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero, Marxismo e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, Ano 14, n. 27, p.13-31, 2014.

TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: TEIXEIRA, J. B. *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf Acesso em: 02 mar. 2020.

VELOSO, Renato. *Gênero e Serviço Social: Um balanço crítico-bibliográfico*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, 2000.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIMMERMANN, Tânia. Imprensa, movimento de mulheres, feminismo e violência de gênero no oeste do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/4512/3841> Acesso em: 03 fev. 2020.